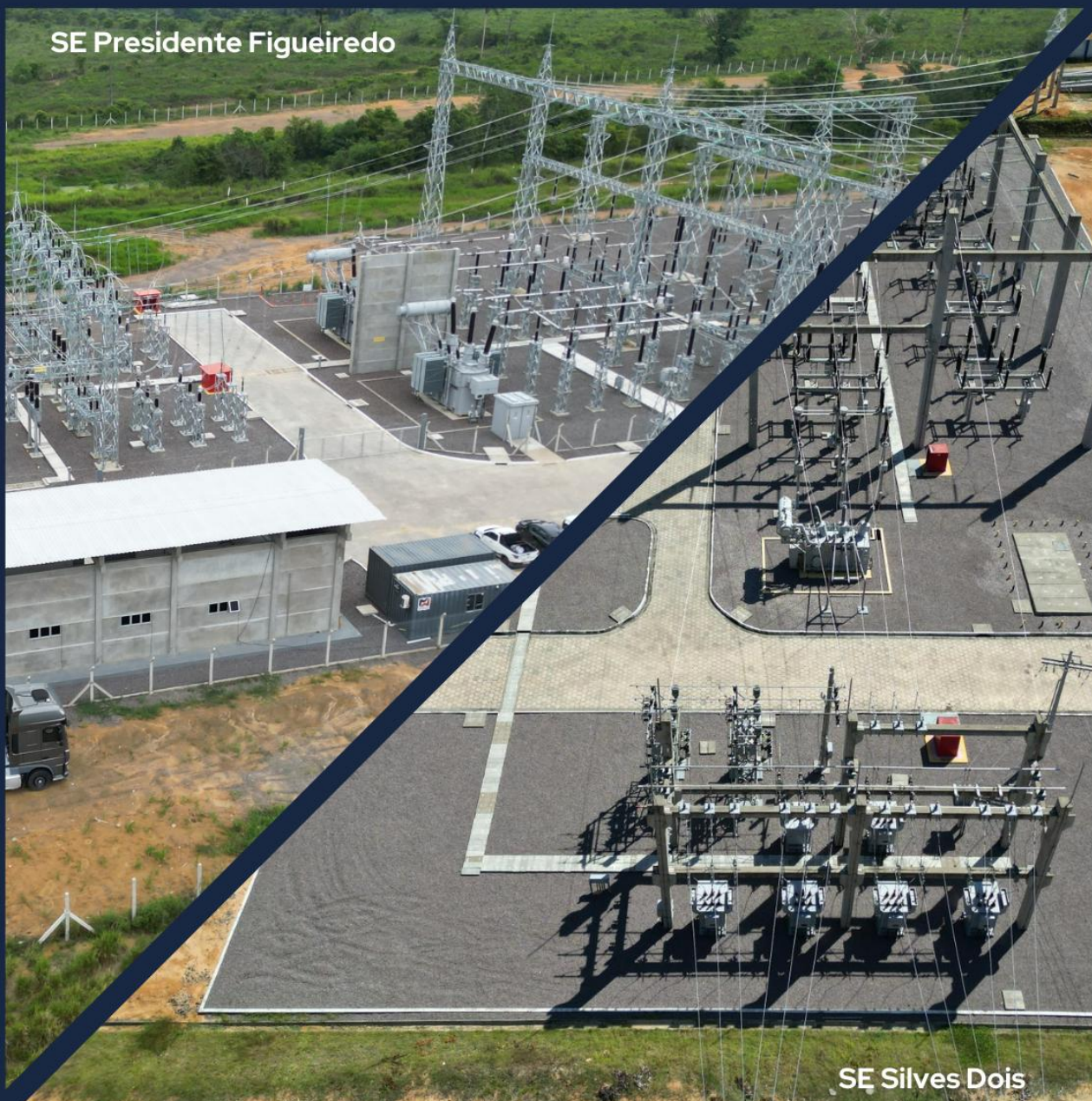


SE Presidente Figueiredo



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2025

Amazonas Energia SA

CNPJ:02.341.467/0001-20
Inscrição Estadual: 04.215.609-2 l
<https://website.amazonasenergia.com/>
Avenida Djalma Batista, nº 4.400 – Manaus – AM
CEP 69058-807

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2025**

Manaus, Amazonas

SUMÁRIO

SUMÁRIO	3
APRESENTAÇÃO	8
1. PERFIL DA AMAZONAS ENERGIA	8
2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)	13
2.2.1 Responsabilidade Social	22
2.1 Dimensão Ambiental	25
2.2 Balanço Social	28
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	31
3.1 Ambiente Macroeconômico	31
3.2 Ambiente Regulatório	31
3.3 Mercado de Energia	35
3.4 Indicadores de qualidade dos serviços de Distribuição - DEC e FEC	39
3.5 Investimentos na Concessão	41
3.6 Atendimento ao Cliente	44
3.7 Atendimento aos Serviços Comerciais	45
3.8 Ouvidoria e Quantidade de reclamações totais - QRT	46
3.9 Arrecadação e Inadimplência	47
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	49
4.1 Receita Operacional Líquida - ROL	49
4.2 Custos não gerenciáveis - Parcela A	50
4.3 Custos e despesas gerenciáveis - Parcela B	52
4.4 EBITDA	53
4.5 Endividamento	55
4.6 Resultado Financeiro	57
4.7 Valor Adicionado	58

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Apresentamos o Relatório da Administração da Amazonas Energia S.A., relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, reafirmando nosso compromisso com a continuidade, segurança e qualidade do serviço público de distribuição de energia elétrica em uma concessão de grande extensão territorial com 1,56 milhão de km² e elevada complexidade logística e operacional. Por essas características, a área de concessão do Amazonas está entre as mais desafiadoras do país.

AMBIENTE OPERACIONAL E SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA CONCESSÃO

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente operacional desafiador e por pressões sobre a sustentabilidade econômico-financeira resultante de graves problemas estruturais acumulados ao longo do tempo. Entre os principais, destacam-se: (i) o elevado endividamento herdado no processo de privatização, com dívida alocada estimada em aproximadamente R\$ 7,46 bilhões, significativamente acima da premissa de R\$ 2,53 bilhões considerada no edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND esse é o ponto principal de desequilíbrio financeiro da Companhia; (ii) altas perdas não técnicas; e (iii) necessidade de avançar na recuperação de receitas, fator que contribui para ampliar a capacidade de investimento e a resiliência da operação.

No tocante às perdas não técnicas, a área de concessão da Amazonas Energia está entre as mais desafiadoras do país (3ª posição no ranking de complexidade da ANEEL), reiteramos que se trata de um desafio setorial com impacto direto na sustentabilidade econômico-financeira e na modicidade tarifária da concessão.

A ANEEL, ao divulgar os níveis de perdas de distribuição, reforça a relevância do tema em âmbito nacional e evidencia a maior criticidade em áreas de maior complexidade operacional.

No caso específico da Amazonas Energia, esse desafio é potencializado pelas particularidades da concessão e por condicionantes socioeconômicas e culturais, além de entraves jurídico-normativos locais que, restringem ações de fiscalização e recuperação de energia, demandando atuação coordenada e estratégias adicionais de controle e monitoramento. Em 2025, intensificamos frentes de atuação com foco em regularização, monitoramento e aprimoramento de controles, sempre em consonância com as diretrizes regulatórias e legais aplicáveis.

Uma particularidade do negócio é a atuação no Sistema Interligado Nacional (SIN) e no Sistema Isolado (SISOL) atendendo regiões remotas que, em grande medida, dependem de geração termelétrica suprida por Produtores Independentes de Energia (PIE).

MEDIDAS REGULATÓRIAS E JURIDICAS, PREVISIBILIDADE E ANO COMPLETO COM FLEXIBILIZAÇÕES

Em razão dos problemas estruturais que marcam a concessão, desde a sua origem, tais como: i) perdas elevadas, ii) inadimplência de consumidores, iii) alto endividamento, iv) interferências legais e desafios logísticos de atender um território extenso e com localidades isoladas, levamos essas questões ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio de uma exposição técnica detalhada, o que levou à criação do GT CDAR para discutir soluções específicas. O grupo apontou a necessidade de ajustes legislativos e, como medida emergencial para garantir a continuidade do serviço, foi editada a MP nº 1.232/2024, prorrogando flexibilizações e assegurando recursos para a sustentabilidade econômico-financeira da concessão.

Esse avanço representa o reconhecimento, por parte do MME, da complexidade única da nossa operação e da necessidade de ações estruturantes para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da concessão e a continuidade dos serviços prestados à população do Amazonas

Em 2025, a Companhia contou com a operacionalização de mecanismos de flexibilização e medidas regulatórias excepcionais voltadas à preservação da continuidade do serviço e ao suporte financeiro de curto prazo. Essas iniciativas contribuíram para ampliar a previsibilidade operacional e financeira ao longo do período e se inserem no contexto de acompanhamento contínuo pelo Poder Concedente e pelo órgão regulador.

Para que essas flexibilizações fossem efetivamente viabilizadas e operacionalizadas, foi determinante o intenso esforço do corpo jurídico da Companhia, atuando de forma integrada para sustentar tecnicamente as frentes regulatórias e judiciais necessárias à preservação da continuidade do serviço.

No aspecto regulatório, 2025 manteve-se como um ano de monitoramento contínuo das operações da Companhia pela ANEEL. Em maio, foi concluído o Reajuste Tarifário Anual, que resultou em atualização média de -1,35% nas tarifas aplicadas aos consumidores.

INVESTIMENTOS, CONFIABILIDADE DO SISTEMA ELÉTRICO E ATENDIMENTO AO CLIENTE

A Amazonas Energia manteve sua agenda de investimentos como eixo central para a confiabilidade, segurança e melhoria do atendimento. Em 2025, realizamos investimentos totalizando R\$ 345 milhões, direcionados a obras de expansão, reforço e modernização da rede, automação, substituição de equipamentos críticos e melhoria do desempenho operacional. No acumulado de 2019 a 2025, os investimentos totalizam R\$ 3,3 bilhões.

Como marcos de 2025, destacamos a entrega e energização de infraestrutura relevante no interior do Estado, interligando os municípios de Itapiranga e Silves ao SIN, o que contribuiu para reduzir a necessidade de geração térmica local nos Sistemas Isolados e, consequentemente, diminuir os dispêndios cobertos pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

Mantivemos o bom desempenho operacional nos indicadores de qualidade técnica, comercial e de continuidade do serviço, demonstrando a eficácia das medidas adotadas para manter a empresa dentro de níveis regulatórios aceitáveis e assegurar a adequada aplicação dos recursos obtidos com a flexibilização dos parâmetros regulatórios.

No atendimento ao cliente, mantivemos os indicadores de desempenho em linha com as expectativas do setor elétrico, reforçamos a diretriz de proximidade com o consumidor e ampliação de eficiência por meio da transformação digital. Foram fortalecidos os canais de relacionamento, com evolução de soluções como agência virtual, aplicativo e atendimento via WhatsApp, integrados ao ecossistema de atendimento, buscando maior agilidade, rastreabilidade e conveniência para o cliente.

Para viabilizar essas ações, contamos com a dedicação de 962 empregados próprios e 3.443 terceirizados, totalizando 4.405 profissionais envolvidos na prestação dos serviços e no cumprimento das metas regulatórias, enfrentando os desafios que nos são propostos evidenciando a resiliência e qualificação da nossa equipe.

Em relação aos eventos climáticos, a concessão foi afetada por ocorrências climáticas e hidrológicas típicas da região, cheias e vazantes, períodos de estiagem e temporais com ventos/descargas atmosféricas, que elevaram a complexidade logística e operacional, exigindo mobilização adicional para manutenção, obras e recomposição do sistema.

GOVERNANÇA E INÍCIO DA TRANSIÇÃO PARA A TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE

Ao longo de 2025, avançamos na organização interna e na preparação das condições necessárias para a transição relacionada à transferência de controle. A Futura Venture Capital e o FIP Milão irão assumir o controle acionário da Amazonas Energia, por meio da aquisição de 94,02% da participação de controle, em consonância com as deliberações e autorizações regulatórias já estabelecidas e com o compromisso focado em combater perdas, reestruturação financeira e melhorar a eficiência operacional.

No contexto da transferência de controle, a Companhia iniciou, em outubro de 2025, a transição com a atuação da equipe do novo controlador, que passou a acompanhar de forma contínua os principais temas de gestão e planejamento. Essa equipe participou ativamente da elaboração do Orçamento Empresarial de 2026, contribuindo para o alinhamento de premissas, diretrizes e prioridades estratégicas e operacionais. Nosso objetivo é assegurar que todo o processo de transição ocorra com governança robusta, preservação da continuidade do serviço, disciplina de execução e capacidade de investimento compatível com os desafios da concessão.

A conclusão do processo segue em andamento e depende do cumprimento de todas as etapas e trâmites institucionais previstos.

PERSPECTIVAS

A conclusão da transferência de controle representa uma mudança estratégica para a concessão, abrindo caminho para a implementação de um Plano de Recuperação Operacional e Financeira voltado ao aumento de eficiência, à redução do endividamento e de perdas e ao fortalecimento da estrutura financeira da concessionária. A expectativa é que a transferência seja concluída até o final do primeiro trimestre de 2026, observados os trâmites e aprovações aplicáveis.

AGRADECIMENTOS

Registramos nosso agradecimento aos parceiros e fornecedores, que sustentaram a operação, bem como aos consumidores e instituições com os quais mantivemos diálogo contínuo.

Deixo meu mais profundo agradecimento a cada um de nossos colaboradores e colaboradoras. Vocês são a força que sustenta a Amazonas Energia todos os dias com coragem, resiliência e um senso de missão que vai muito além do trabalho. Em um estado de distâncias imensas e desafios únicos, é o esforço de cada um, muitas vezes longe de casa e em condições difíceis, que faz a energia chegar a comunidades e lugares remotos da Amazônia. Esse compromisso diário não garante apenas a continuidade do serviço: transforma vidas, sustenta famílias, fortalece hospitais, escolas e pequenos negócios, levando dignidade e desenvolvimento a quem mais precisa.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso com a ética, a integridade e a responsabilidade na prestação deste serviço essencial ao desenvolvimento do Estado do Amazonas.

Márcio Pereira Zimmermann

Diretor-Presidente

SOBRE A AMAZONAS ENERGIA E REALIZAÇÕES



SE Presidente Figueiredo

2025

APRESENTAÇÃO

A Administração da AMAZONAS ENERGIA S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório Anual da Administração, suas Demonstrações Contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. As informações não financeiras da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.

Este relatório é destinado aos acionistas, clientes da área de concessão e às partes interessadas, mas está à disposição para acesso público no website da Companhia.

1. PERFIL DA AMAZONAS ENERGIA

A Amazonas Energia é uma sociedade anônima de capital fechado, operando sob Contrato de Concessão nº 001/2019, vigente até abril/2049. Seu acionista controlador é a Oliveira Energia S.A., as demais ações estão distribuídas entre os empregados, ex-empregados e aposentados. Abaixo composição acionária:

Tabela 1 – Estrutura Acionária

ESTRUTURA ACIONÁRIA

Acionista	% de Participação
Oliveira Energia SA	94,02%
Empregados, ex-empregados e aposentados da Eletrobras	5,98%

Fonte: Amazonas Energia

Atuando no SIN (capital e região metropolitana) e no SISOL (interior) a área de concessão cobre todo o Estado do Amazonas, o maior do Brasil, com 1,56 milhão de km² — maior que Alemanha, França, Reino Unido e Japão juntos. A concessão está no bioma amazônico, com áreas indígenas e acesso limitado por terra, predominando transporte fluvial e aéreo, a região possui baixa densidade demográfica (2,53 hab./km²), abrangendo 62 municípios e 107

localidades, com pouco mais de 4 milhões de habitantes, sendo 78,47% na área urbana e 21,53% em área rural.

A realidade regional impõe desafios logísticos, exigindo planejamento operacional adaptado para assegurar o suprimento de materiais, sobretudo em períodos críticos influenciados por fenômenos climáticos. As condições geográficas, ambientais e socioculturais singulares da Amazônia afetam diretamente a operação do sistema elétrico, com impactos de eventos hidrológicos, climáticos e ambientais, além de particularidades sociais que influenciam a gestão de ativos e o nível de perdas.

Nesse cenário, a Companhia opera uma ampla e complexa rede de distribuição, que totaliza 43.561,28 km em baixa, média e alta tensão, destinada ao atendimento de 1.056.480 consumidores cativos distribuídos por todo o Estado do Amazonas. No ano de 2025, a gestão desses ativos contou com uma força de trabalho de aproximadamente 4.405 profissionais, entre próprios e terceiros, distribuídos por toda a extensão territorial do Amazonas.

A seguir apresentamos as principais características da nossa área de concessão:

Área de concessão e seus números



Clima
**Equatorial, quente
e úmido**



Hidrografia
**Rio Amazonas e
seus afluentes**



Área Florestal
preservada
97%



Número de
Municípios
62

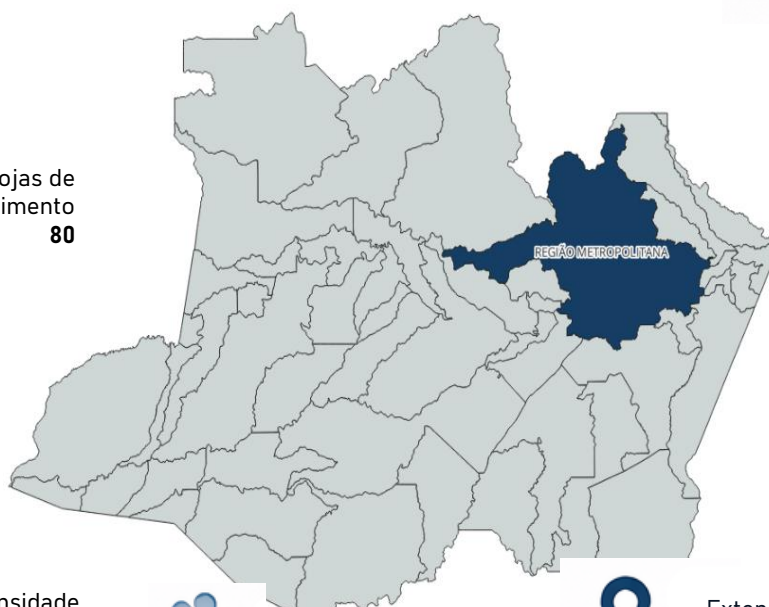


Nº de
Consumidores
1.056.480



Lojas de
Atendimento
80

72 – Interior
8 – Capital



34.697 Km de MT
8.216 Km de BT
648 Km de AT



Densidade
Demográfica
(IBGE, 2022)
2,53 Hab./km²



Rendimento domiciliar per
capita. (IBGE, 2025)
R\$ 1.484,00



Extensão Territorial
(IBGE, 2024)
1.558.706,127 km²



IDH
(IBGE, 2021)
0,7



PIB
(IBGE, 2023)
R\$ 161,7 Bi



Subestações
35*
1 Móvel- incluindo
subestações de fronteira

Figura 1: Área de concessão e seus números
Fonte: Amazonas Energia / IBGE

Empresa em Números

Concessão em Números	2025	2024
Atendimento		
Consumidores	1.056.480	1.039.178
Empregados Próprios	962	982
Consumidor por empregado	1.098,21	1.058,23
Localidades atendidas	107	107
Lojas de Atendimento	80	74
Postos de atendimento Presencial	80	83
Mercado		
Área de Concessão (km²)	1.558.706,13	1.559.256,37
Geração Própria (GWh)	105,68	115,61
Demanda Máxima (MW)	2.182,36	2.273,28
Consumo Residencial Médio (kWh/ano)	2.943,02	3.093,88
População atendida - Urbana	3.391.172	3.516.724
População atendida - Rural	930.444	934.826
Tarifas Médias De Fornecimento (R\$/MWh)		
Total (exceto curto prazo)	560,56	557,33
Residencial	838,00	812,50
Comercial	808,14	787,28
Industrial	671,55	647,36
Rural	825,47	794,18
Operacionais		
Número de Usinas em Operação	3	7
Número de Subestações	35	28
Linhas de Transmissão (km)	648,18	590,11
Redes de Distribuição (km)	42.913,1	42.341,10
Capacidade Instalada (MVA)	3.271,90	3.208,80
Concessão em Números	2025	2024
Financeiro		
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	R\$ 5.896.983	R\$ 5.959.225
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	R\$ 5.163.037	R\$ 5.173.612
EBITDA OU LAJIDA (R\$ mil)	R\$ 425.185	R\$ 510.457
Prejuízo líquido	-R\$ 2.012.854	-R\$ 1.772.459
Indicadores de Continuidade		
DEC (horas) Global	40,44	37,58
FEC (qtde.de interrupções) Global	25,09	21,77

Tabela 2: Empresa em Números
Fonte: Amazonas Energia

Prêmios & Reconhecimentos

Tabela 3: Prêmios e reconhecimentos em 2025

TÓPICO	PRÊMIOS & RECONHECIMENTOS	CERTIFICADOR
	Recertificação ISO 9001:2015: Manutenção da validade do certificado	TUV RHEINLAND DO BRASIL
	Certificado de Amigo do Segundo Grupamento de Engenharia em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Grupamento Rodrigo Octavio	Exército Brasileiro
	Medalha de Mérito Policial em reconhecimento e agradecimento pelo esforço e dedicação na promoção da ordem, da segurança e da paz social	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas
	Medalha do Exército Brasileiro em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Exército Brasileiro	Exército Brasileiro
	Medalha da Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência - SEAI - pelos relevantes serviços prestados à Secretaria	Governo do Estado do Amazonas

Fonte: Amazonas Energia

Destaques

TÓPICO	DESTAQUES	ÓRGÃO / REALIZADOR
	Artigo "Avaliação da efetividade da política de bandeiras tarifárias na modulação do consumo de energia elétrica durante as crises hídricas no Brasil" no SENDI 2025, cujo trabalho contribuiu com as discussões sobre bandeiras tarifárias no Brasil.	SENDI 2025 - Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica, Belo Horizonte, Maio de 2025
	Visitas técnicas do Congresso de Inovação Tecnológica e Eficiência Energética do Setor Elétrico - CITEENEL. Foi responsável por duas visitas: 1) Instalações da Amazonas Energia e 2) Comunidade Cueiras (Comunidade Ribeirinha acessada por barcos)	Aneel, organizado pela ENEVA, Manaus, Setembro de 2025
	Apresentação do artigo "Orquestrando previsões do consumo de energia elétrica com SARIMA, Regressão Dinâmica e Mint", cujo trabalho propõe uma metodologia de longo prazo de consumo de energia elétrica, integrando abordagens univariadas e multivariadas, com o objetivo de captar nuances no mercado e elevar a precisão das informações.	57º Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional - SBPO, Gramado, Outubro de 2025
	Participação no Painel "Compartilhamento de postes: como resolver o impasse dos postes? Prós e contras da solução que está sendo definida pelos reguladores", onde foi apresentada a proposta da Amazonas Energia com foco nas ações coordenadas para a regularização da infraestrutura de redes e na plataforma SHOGUM, ferramenta essencial para padronização, levantamento de dados e fiscalização em campo, que vem gerando resultados expressivos e reconhecimento nacional.	Lídera 100%, São Paulo, Outubro de 2025
	Participação no ONEE - Olimpíada de Eficiência Energética, onde estudantes amazonenses conquistaram 119 medalhas, sendo 102 para Manaus, 06 para Presidente Figueiredo, 02 para Coari, 01 para Itacoatiara, 04 para Maués e 04 para Parintins, além de 167 menções honrosas	ANEEL, Manaus, Outubro de 2025

GESTÃO ESG

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA



2025

2.GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Amazonas Energia adota práticas ESG alinhadas às diretrizes da ANEEL, reforçando seu compromisso com uma operação sustentável, responsável e orientada ao desenvolvimento regional. Suas ações abrangem as três dimensões do ESG:

Na **dimensão Ambiental (E)** promove iniciativas voltadas à sustentabilidade e à eficiência ambiental, incluindo: Investimentos em eficiência energética e tecnologias de menor impacto ao meio ambiente; ações para reduzir impactos ambientais, especialmente em áreas sensíveis e remotas; parcerias com órgãos locais para proteção da fauna e flora, considerando a presença da área de concessão em região amazônica.

Na **dimensão Social (S)**, reforça seu papel como agente de inclusão energética e desenvolvimento comunitário, com ações de universalização do acesso à energia elétrica, por meio de programas como Luz para Todos e Tarifa Social de Energia Elétrica que ampliam o acesso da população de baixa renda; compromisso com saúde e segurança ocupacional, priorizando a integridade física dos colaboradores e prestadores de serviços; relacionamento com comunidades, por meio de projetos socioambientais voltados à educação, uso consciente de energia e desenvolvimento local.

Na **dimensão Governança (G)**, adota padrões de governança voltados à integridade, gestão de riscos e transparência: conformidade rigorosa com a regulamentação do setor elétrico, conforme diretrizes da ANEEL; gestão de riscos estruturada e implementação de planos de contingência para garantir continuidade operacional; práticas de ética e anticorrupção, promovendo transparência e responsabilidade corporativa.

Governança Corporativa

A Amazonas Energia fundamenta sua atuação nos princípios de transparência, responsabilidade corporativa e responsabilidade social, alinhando-se aos valores da cultura organizacional e às melhores práticas de Governança Corporativa adotadas no setor elétrico brasileiro. Esse compromisso reforça a integridade, a ética e a conformidade na condução dos negócios da Companhia.

Princípios e Estrutura de Governança

A estrutura de governança é orientada pela definição de papéis, responsabilidades e competências dos órgãos decisórios, garantindo eficiência e *accountability* nos processos de gestão. Entre os principais aspectos, destacam-se:

Conselho de Administração e Diretoria Executiva atuam de forma complementar na formulação, aprovação e execução de políticas corporativas, diretrizes estratégicas e planos operacionais.

As decisões estratégicas são pautadas por profissionalismo, conformidade regulatória e conduta ética, assegurando a aderência às normas vigentes e às boas práticas de mercado.

A governança busca assegurar um ambiente corporativo baseado em integridade, controle interno robusto e mitigação de riscos.

Compromisso com a Sustentabilidade e Criação de Valor

Busca promover a sustentabilidade a partir do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, operacionais, ambientais e sociais de seus empreendimentos. Esse compromisso tem como objetivo:

- Fortalecer a excelência operacional;
- Aprimorar o relacionamento com acionistas, clientes, colaboradores e sociedade;
- Gerar valor de longo prazo por meio de práticas responsáveis e transparentes.

Composição da Estrutura de Governança Corporativa

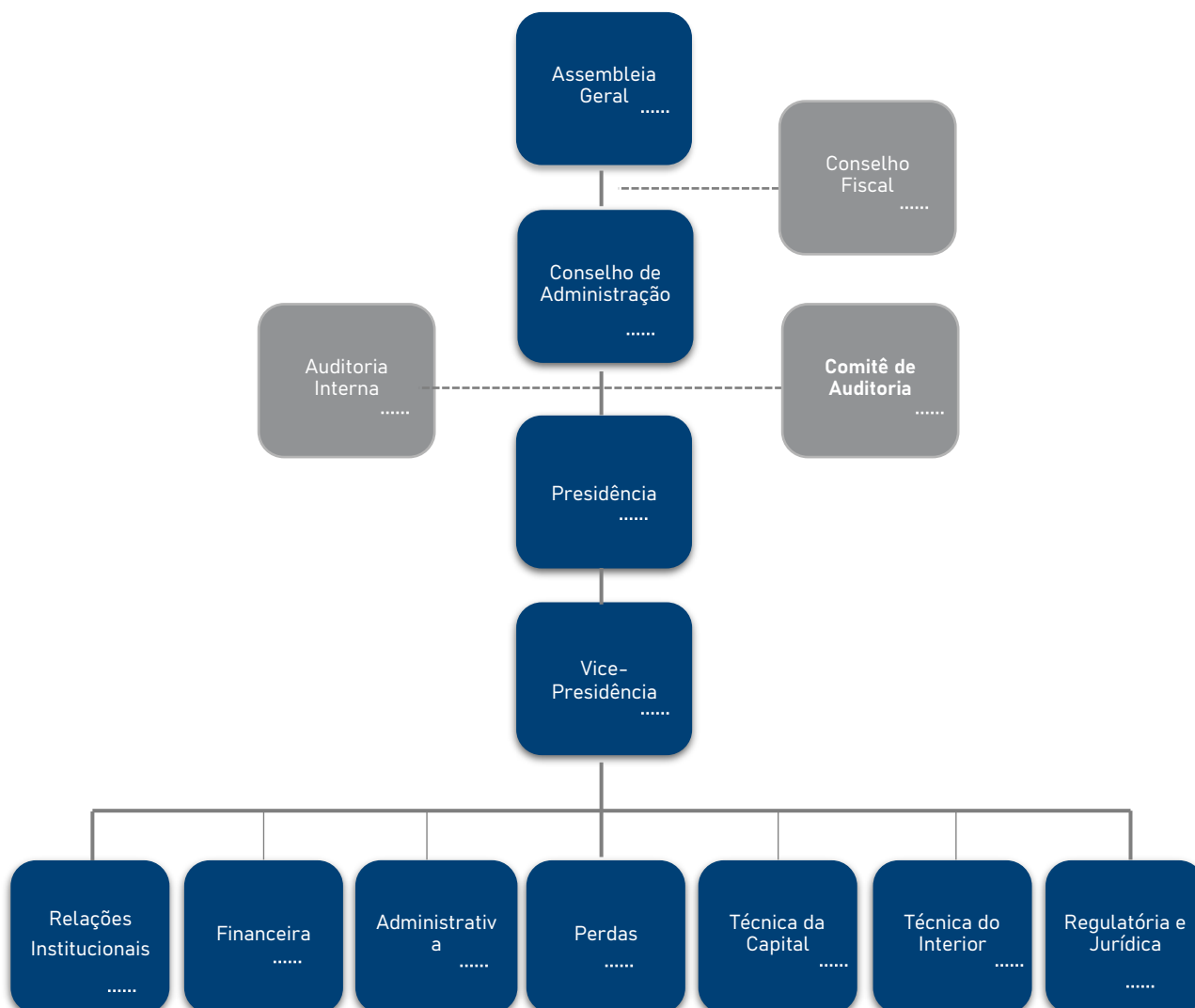
A governança da Amazonas Energia é composta pelos seguintes órgãos:

- Assembleia Geral (AG);
- Conselho de Administração (CA);
- Diretoria Executiva (DE);
- Conselho Fiscal (CF);
- Auditoria Interna (AU);
- Comitê de Auditoria (CAU).

Cada instância desempenha um papel essencial no processo de tomada de decisão, controle, supervisão e integridade das operações.

A estrutura organizacional da Companhia, aprovada pela RES nº 290/2020 e DEL nº 006/2021, entrou em vigor em 26/11/2020, com alterações entre 2022 e 2023. Em 20/03/2023, foi instituída a Diretoria de Relações Institucionais e em 14/04/2023 foi feita adequação no âmbito da Diretoria Comercial para Diretoria de Perdas.

Figura 2: Organograma resumido da Amazonas Energia



Fonte: Amazonas Energia

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão máximo deliberativo da Companhia, reunindo os acionistas para deliberar sobre matérias de interesse social. Em 11/04/2025, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária (AGO), nos termos legais e do estatuto social, que aprovou: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de

31/12/2024, com seus respectivos relatórios; (ii) a destinação do resultado; e (iii) a fixação da remuneração dos Conselheiros e da Diretoria Executiva. Em 2025, não houve necessidade de realização de Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão colegiado superior da Companhia, com funções deliberativas e mandato de até 3 anos, composto de 3 a 9 membros eleitos pela Assembleia Geral, com possibilidade de reeleição. Suas atribuições estão previstas na legislação vigente, no Estatuto Social e nos normativos internos. Ao final de 2025, sua composição era a indicada na tabela a seguir:

Tabela 4: Conselho de Administração

Conselho de Administração	
Conselheiros	Cargo
Orsine R. de Oliveira	Presidente do Colegiado
Márcio Pereira Zimmermann	Conselheiro
Maria do Socorro Gama da Silva	Conselheira
Gustavo de Marchi e Silva - independente	Conselheiro

Fonte: Amazonas Energia

Diretoria Executiva

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação da Companhia, com mandato de até 3 anos, composta por no mínimo 2 diretores, incluindo o Diretor-Presidente e/ou Vice-Presidente, eleitos pelo Conselho de Administração e passíveis de reeleição, conforme legislação, Estatuto Social e normativos internos. Ao final de 2025, era composta pelos seguintes diretores:

Tabela 5: Diretoria Executiva

Diretoria Executiva	
Diretores	Cargo
Márcio Pereira Zimmermann	Diretor-Presidente e Diretor Financeiro
Orsine Rufino de Oliveira	Diretor Vice-Presidente e Diretor de Perdas
Maria do Socorro Gama da Silva	Diretora Regulatória e Jurídica e Diretora Administrativa
Rodrigo Moreira	Diretor Técnico da Capital
Radyr Gomes de Oliveira	Diretor Técnico do Interior e Diretor de Relações Institucionais

Fonte: Amazonas Energia

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão colegiado permanente responsável por fiscalizar os negócios da Companhia, verificar os atos dos administradores e o cumprimento de deveres legais e estatutários. É composto por até 5 membros titulares, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de até 3 anos e possibilidade de reeleição, observados os requisitos da Lei nº 6.404/1976, do Estatuto Social e dos normativos internos. Ao final de 2025, era composto pelos seguintes membros:

Tabela 6: Conselho Fiscal

Conselho Fiscal	
Conselheiros	Cargo
Airton Ângelo Claudino	Presidente do Colegiado
Hamilton Almeida Silva	Conselheiro
César Antônio Bordin	Conselheiro
Marise Grinstein	Conselheira
Pedro Neves Marx	Conselheiro

Fonte: Amazonas Energia

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é a unidade responsável por assegurar a conformidade com diretrizes corporativas e normativos internos e externos, atuando por meio de procedimentos estruturados e baseados em evidências para avaliar e aprimorar a eficácia dos controles internos, da gestão de riscos e da Governança Corporativa. Suas ações seguem o PAINT/2025, aprovado pela Alta Direção, e em 2025 concentraram-se na execução de testes e trabalhos especiais, emissão de notas técnicas para melhoria de processos e apoio à mitigação de riscos e ao fortalecimento das diretrizes empresariais e regulatórias.

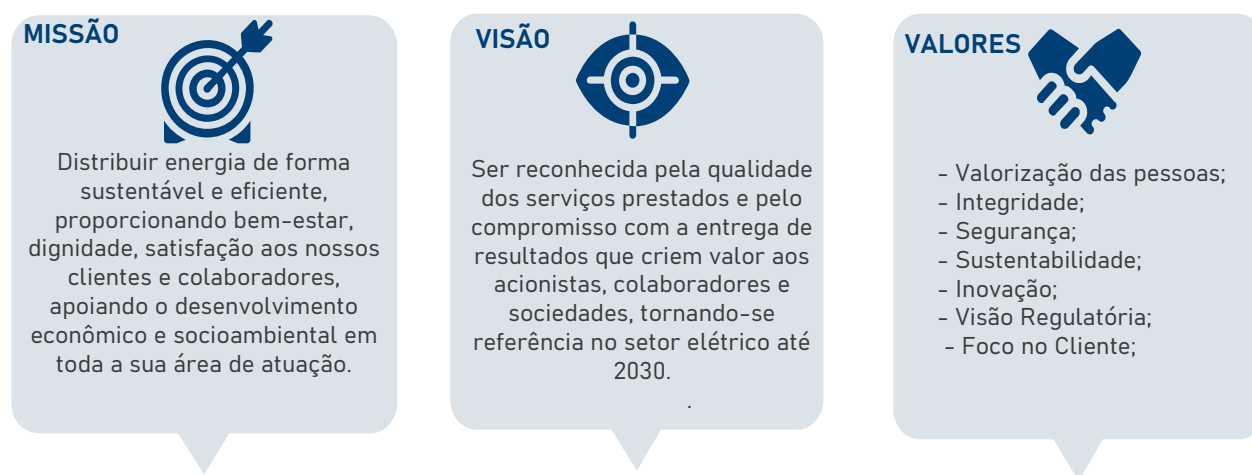
2.1.1 Diretrizes Estratégicas e Criação de Valor

Missão, Visão e Valores

Em 2025, a Amazonas Energia manteve sua visão, missão e valores como pilares fundamentais que orientam sua atuação estratégica, sua cultura organizacional e o relacionamento com seus diversos públicos. Esses princípios permanecem

como a base de sustentação da Companhia, reforçando o compromisso com a excelência operacional, a responsabilidade socioambiental e a integridade corporativa. Abaixo apresentamos o quadro com nossa missão, visão e valores:

Figura 3: Missão, Visão e valores



Fonte: Amazonas Energia

Planejamento Estratégico

Em 2025, a Amazonas Energia manteve a estrutura e metodologia de elaboração e acompanhamento do Plano Anual de Metas (PAM), consolidada ao longo dos últimos anos como um instrumento essencial de gestão estratégica. O PAM é baseado nas quatro diretrizes que orientam o:

- Orçamento Anual
- Mapa Estratégico
- Manual da Organização
- Contrato de Concessão

Figura 4: Diretrizes estratégicas da Amazonas Energia

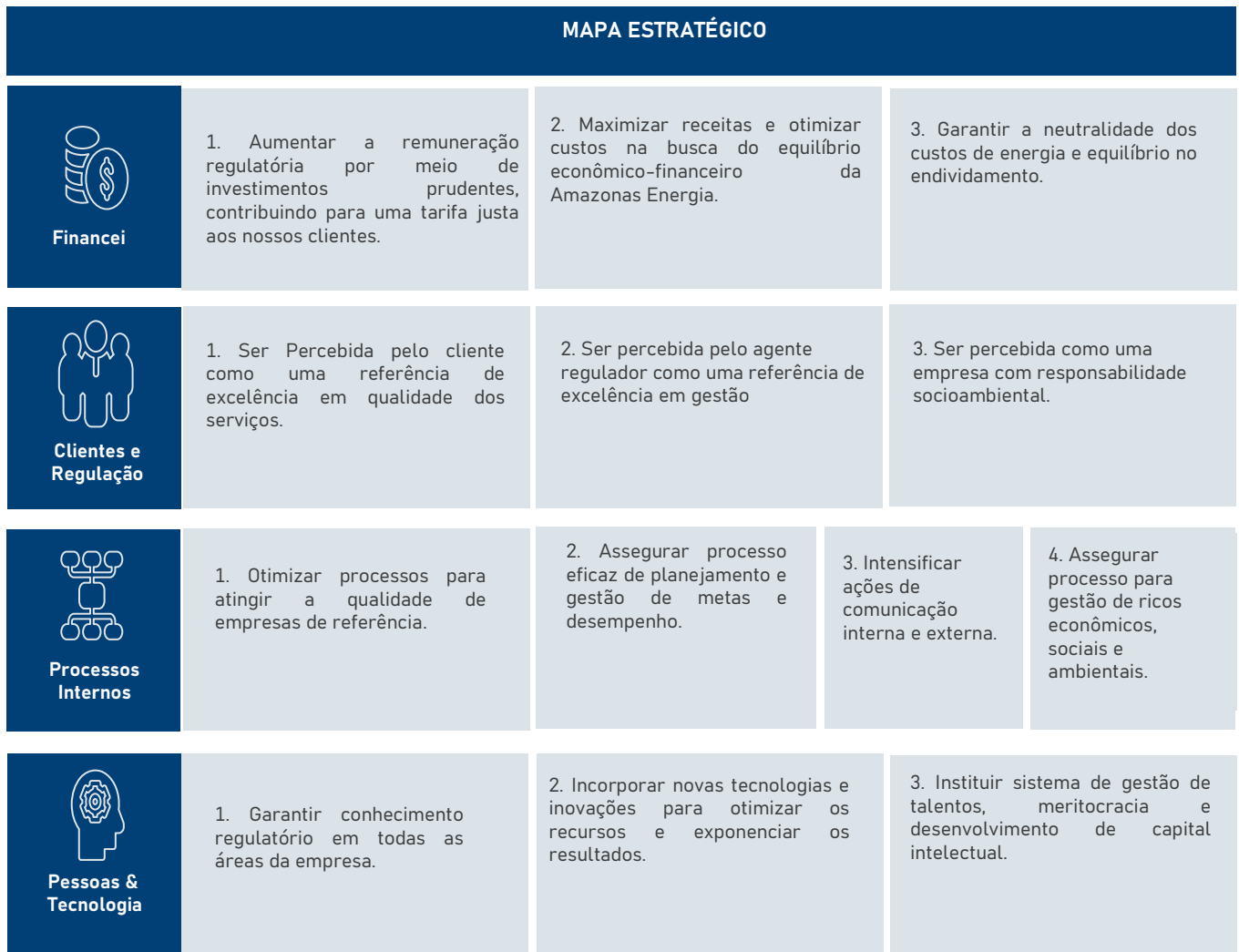


Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico é a representação visual da estratégia corporativa que traduz a Visão, a Missão e os Valores em objetivos estratégicos distribuídos nas perspectivas (financeira, clientes, processos internos e aprendizado & crescimento). Esses

objetivos são conectados por relações de causa e efeito e desdobrados em iniciativas e indicadores, conforme apresentamos no item de planejamento estratégico.

Figura 5: Mapa Estratégico da Amazonas Energia



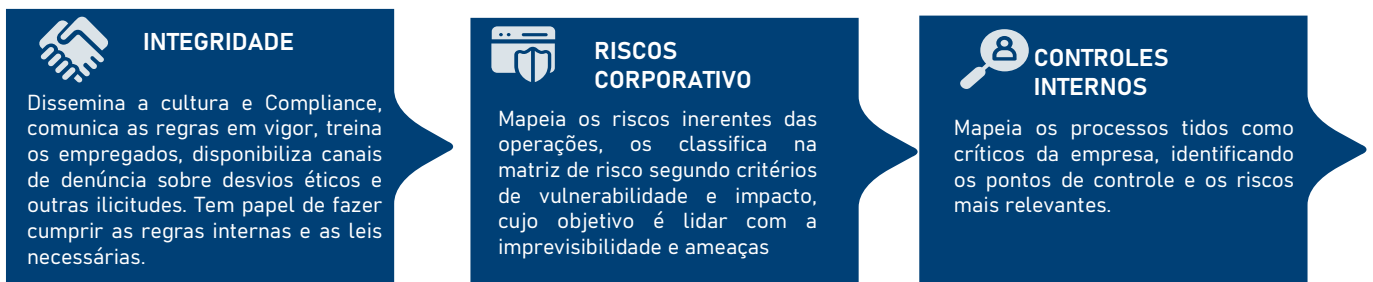
Fonte: Amazonas Energia

2.1.2 Programa de Compliance

O Programa de *Compliance* consiste na implementação de práticas destinadas a definir diretrizes internas que assegurem que a empresa atue em conformidade com as leis, normas e regulamentos aplicáveis.

O Programa de Compliance atua nas seguintes frentes:

Figura 6: Programa Compliance



Fonte: Amazonas Energia

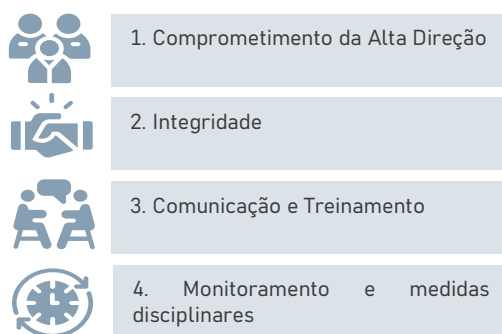
Integridade

A companhia cumpre sua missão conduzindo seus negócios e relacionamentos nas diretrizes estabelecidas em seu Código de Conduta e Ética que tem por objetivo definir padrões de comportamento alinhados à missão, à visão, aos valores e aos objetivos da companhia, além de explicitar os compromissos éticos e as responsabilidades no desempenho das atividades.

O programa de Integridade da Amazonas Energia

O programa de integridade está estruturado em 04 pilares, que funcionam de forma conjunta e sistemática conforme a seguir:

Figura 7: Pilares



Fonte: Amazonas Energia

1º Pilar: Comprometimento da Alta Direção

O compromisso da Alta Direção com o Programa de Integridade é a base para consolidar uma cultura ética na organização, orientando a conduta de empregados e terceiros. À liderança compete implementar medidas de prevenção, detecção e correção de desvios, influenciando o comportamento das equipes e promovendo um

ambiente de trabalho íntegro, seguro e alinhado aos princípios da companhia.

2º Pilar: Integridade

Após a identificação e a análise dos riscos, a companhia desenvolve e implementa procedimentos, normas e políticas voltados à integridade, com o propósito de prevenir, detectar e corrigir eventuais atos ilícitos que possam comprometer ou ameaçar o alcance de seus objetivos especialmente aqueles relacionados a fraudes e corrupção.

A Companhia conta com um conjunto estruturado de ações que compõem seu Programa de Integridade, direcionado à mitigação da ocorrência de práticas irregulares em suas atividades. Entre essas ações, destacam-se: Normas, Políticas e Procedimentos; Canais de Comunicação; Código de Conduta e Ética; Comitê de Conduta e Ética; Cartilha de Assédio Moral, Sexual e Discriminação; além da conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Normas, Políticas e Procedimentos

O Programa de Integridade constitui instrumento de governança que contribui diretamente para o aprimoramento da eficiência operacional, o fortalecimento da segurança jurídica, o aumento da produtividade e a consolidação da reputação corporativa no mercado, conforme evidenciado a seguir:

- Código de Conduta e Ética;
- Política Anticorrupção;
- Política de Conflito de Interesses;
- Política de Contribuições, Doações e Patrocínios;
- Política relativa à oferecimento de hospitalidade, brindes e presentes;

- Política de Gestão de Riscos;
- Norma de Gestão de Riscos;
- Política de Transações entre Partes Relacionadas;
- Regimento Interno do Comitê de Conduta e Ética;
- Norma de Consequências e Medidas Disciplinares;
- Política de Prevenção e Detecção de Atos de Natureza Ilícita;
- Política de Segregação de Função;
- Código de Boas Práticas de Proteção de Dados Pessoais;
- Política de Privacidade;
- Cartilha de Assédio Moral, Sexual e Discriminação;
- Política de Proteção a Denunciantes de Boa-Fé;
- Política de Descarte de Dados Pessoais;
- Norma de Impacto a Proteção de Dados Pessoais;
- Norma de Gestão de Incidentes de Violação de Dados Pessoais.
- Programa de Compliance;
- Política de Respostas a Incidente de Segurança da Informação;
- Política Segurança da Informação e Comunicações.

As políticas, normas e procedimentos da companhia são amplamente divulgados a todos os colaboradores da Amazonas Energia por meio dos canais de comunicação internos, além de treinamentos e palestras destinados à disseminação das práticas de integridade.

Canal de Denúncias

Destinado ao registro e ao recebimento de comunicações relacionadas a possíveis condutas inadequadas ou situações que contrariem os princípios éticos, as normas internas, as políticas corporativas, bem como a legislação e os regulamentos aplicáveis. Esse mecanismo fortalece o relacionamento com as partes interessadas e contribui significativamente para a prevenção e o combate a fraudes e atos de corrupção.

A companhia mantém um Canal de Denúncias externo e exclusivo, operado por empresa especializada em gestão de riscos, compliance e integridade. Seu funcionamento é seguro, imparcial e, quando solicitado, garante o anonimato do denunciante. Por meio desse recurso é possível relatar condutas consideradas antiéticas ou que

violem os princípios e padrões estabelecidos no Código de Conduta e Ética da organização.

As informações registradas no canal são encaminhadas diretamente à empresa contratada para sua gestão, garantindo sigilo absoluto, imparcialidade e o tratamento adequado de cada situação, sem qualquer conflito de interesses.



O relato pode ser realizado por meio do site: <https://canalconfidencial.com.br/amazonasenergia/> ou pelo telefone 0800 882 0601, disponível de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, oferecendo ao denunciante a opção de atendimento por um analista ou de registrar sua manifestação por meio de secretária eletrônica.

Código de Conduta e Ética

A companhia entende que o cumprimento do Código de Conduta e Ética fortalece a transparência, a confiança e a credibilidade dos negócios, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da companhia. Por isso, mantém o compromisso de ampliar a compreensão e a adesão de empregados e demais públicos aos princípios éticos e aos padrões de conduta, reforçando a integridade em todas as relações profissionais.



Comitê de conduta e ética

A companhia possui um Comitê de Conduta e Ética responsável por assegurar o cumprimento do Código de Conduta e Ética e das boas práticas, atuando conforme Regimento Interno e procedimentos corporativos. O Comitê analisa e apura as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias, recomendando à Alta Direção medidas disciplinares educativas e/ou corretivas quando necessário. Também lidera a implementação, disseminação, capacitação e atualização contínua do Código, além de supervisionar o funcionamento

do Canal, garantindo sua efetividade e alinhamento às melhores práticas de integridade e governança.

Cartilha de Assédio Moral, Sexual e Discriminação

A iniciativa reafirma o compromisso da companhia com um ambiente de trabalho seguro, respeitoso e íntegro. A Cartilha foi divulgada integralmente pelo Radar Compliance e demais canais internos, garantindo amplo acesso dos colaboradores e fortalecendo a conscientização contínua, a cultura ética e a adoção de condutas alinhadas às boas práticas institucionais.



Parecer de Integridade (Due Diligence) – Contratos

A companhia realiza a análise de integridade de terceiros por meio da ferramenta *RiskCheck*, que executa *due diligence* preventiva para identificar riscos reputacionais, de corrupção e de integridade, avaliando histórico institucional e eventuais restrições, incluindo aspectos ambientais, criminais, éticos, financeiros, fiscais, de privacidade e cibersegurança, trabalhistas e reputacionais. Com base na avaliação individual de cada CNPJ, a ferramenta emite parecer e gera alertas para riscos críticos, sendo essa verificação obrigatória para todas as minutas contratuais antes da aprovação, assegurando o alinhamento das relações com terceiros às diretrizes éticas e de integridade da companhia.

3º Pilar: Comunicação e Treinamento

As iniciativas de comunicação têm como objetivo assegurar transparência e ampla divulgação das ações de Compliance implementadas, além de orientar, conscientizar e esclarecer eventuais dúvidas dos diversos públicos de interesse. Por meio dessas iniciativas, reforça-se o compromisso institucional com a integridade e com a adoção de práticas responsáveis em todas as áreas da companhia.

A companhia promove treinamentos periódicos relacionados ao Programa de Compliance, abrangendo temas como Conduta e Ética, Controles

Internos e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Radar Compliance

O Radar Compliance é um informativo semanal divulgado a todos os colaboradores da companhia por meio dos canais de Comunicação Social. Nele são abordados diversos temas relacionados à Governança Corporativa, tais como assédio moral, assédio sexual, discriminação, ética, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Canal de Denúncias, Controles Internos, Riscos Corporativos, Conflito de Interesses, entre outros.



4º Pilar: Monitoramento e Aplicação de Medidas Disciplinares

Por meio do Programa de Compliance, a companhia assegura o recebimento, a triagem e a análise das denúncias, promovendo apurações quando necessário com o apoio do Comitê de Conduta e Ética, responsável por tratar temas como fraude, corrupção, conflito de interesses, segurança corporativa, assédio, discriminação e retaliação. O Programa define critérios de responsabilização e aplicação de sanções, além de medidas de remediação e fortalecimento de controles para mitigar recorrências. A Norma de Consequências e Medidas Disciplinares orienta a aplicação proporcional de penalidades — de advertências a rescisão — conforme gravidade, normativos internos, legislação e o Código de Conduta e Ética. O monitoramento é contínuo, acompanhando a execução das medidas relacionadas à RN ANEEL nº 948/2021 e aos planos de tratamento de riscos, com suporte da Alta Administração.

Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos

A companhia realiza a gestão de riscos de forma cíclica, mapeando, avaliando e mitigando riscos corporativos conforme sua Política de Gestão de Riscos, sob coordenação do Compliance e com apoio da Alta Direção. O processo visa reduzir riscos financeiros e operacionais, fortalecer controles internos e aprimorar a governança, em aderência aos requisitos legais e regulatórios.

Em 2025, Compliance e Controle Interno atuaram de forma integrada nos riscos priorizados,

com foco em processos críticos, resultando na correção de falhas por planos de ação, melhoria da comunicação entre áreas, atualização de normas e políticas, redução de apontamentos da Auditoria Interna e adoção de medidas preventivas para riscos com potencial de penalidades, com monitoramento contínuo da efetividade.

Lei Geral de Proteção Dados Pessoais – LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, estabelece diretrizes para a coleta, o armazenamento, o tratamento e o compartilhamento de dados pessoais de indivíduos, impondo maiores requisitos de proteção e prevendo penalidades para casos de descumprimento. Seu objetivo é garantir transparência, segurança e respeito à privacidade dos titulares de dados. A Companhia avançou na adequação à LGPD e no fortalecimento da proteção de dados, com mapeamento de fluxos de dados pessoais, avaliação de riscos e planos de ação, emissão de relatório de impacto e laudo de conformidade, além da implementação de código de boas práticas, políticas e recomendações técnicas de TI e Segurança da Informação. Também estruturou a resposta a incidentes (plano de contingência), nomeou Encarregado e suplente, instituiu grupo de trabalho e ampliou a transparência com sinalização de política de privacidade nas unidades, reforçando a governança e a proteção dos titulares.

A implantação da LGPD é acompanhada continuamente por meio do monitoramento dos planos de ação, com o objetivo de assegurar a conformidade integral com a legislação e evidenciar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD a adoção de medidas preventivas, normas e políticas alinhadas aos requisitos legais.

2.1.3 Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ

A adoção do Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ é uma decisão estratégica que fortalece o desempenho organizacional e sustenta o desenvolvimento sustentável da companhia, por meio da padronização, eficiência e melhoria contínua dos processos, em conformidade com a NBR ISO 9001:2015.

A companhia mantém certificação em cinco escopos (três comerciais e dois técnicos), atendendo às exigências regulatórias da ANEEL. Em auditoria externa de recertificação realizada em 21 e 22 de julho de 2025 pelo Organismo Certificador TÜV Rheinland do Brasil, não foram

identificadas não conformidades, resultando na revalidação do certificado até 06 de agosto de 2028. Esse resultado reforça o compromisso da companhia com a excelência operacional, a conformidade e a qualidade dos serviços, com foco na satisfação dos clientes.



2.1.4 Seguro

Em 2025, a companhia protegeu seu patrimônio por meio de apólices específicas, estruturadas conforme as diferentes modalidades de riscos. Essas apólices garantem cobertura para indenização em caso de sinistros, visando mitigar impactos financeiros adversos que possam comprometer a continuidade da distribuição de energia no estado do Amazonas.

Tabela 7 – Principais Seguros e Coberturas

SEGURADORA	PRÊMIO R\$	TIPO DO SEGURO
Mafre Seguros Gerais S.A	1.095.276,00	Danos materiais, quebras de máquinas, danos elétricos
Barkley International do Brasil Seguros	241.697,73	RC Administradores e Diretores e Riscos Ambientais
Ezze Mundial	131.564,74	Responsabilidade Civil de Administradores
Zurich Minas Brasil Seguros S.A	30.447,53	Incêndio, raio e explosão

Fonte: Apólice de Contrato

2.2.1 Responsabilidade Social

Projeto Energia Solidária

No âmbito da responsabilidade social, a Amazonas Energia mantém, desde 2021, o Projeto Energia Solidária, iniciativa que expressa o compromisso humano da empresa com a realidade social do Estado do Amazonas e contribui de maneira significativa para a construção de um futuro mais solidário e inclusivo.

O projeto Energia Solidária

realiza ações semanais às sextas-feiras, atendendo cerca de 1.000 famílias por semana com a doação de cesta básica, frango e kit lanche para crianças, beneficiando aproximadamente 800 comunidades na região metropolitana de Manaus e municípios próximos. Desde o início, a iniciativa já alcançou cerca de 1.755.711 pessoas e, em 2025, distribuiu aproximadamente 57.540 cestas básicas, reforçando o compromisso social e o voluntariado da empresa.



Além do Energia Solidária, a Amazonas Energia apoia iniciativas como a Liga Amazonense Contra o Câncer - LAAC, a Fazenda da Esperança e o Refeitório Pão e Paraíso, que atendem públicos vulneráveis com suporte a pacientes oncológicos, reintegração de dependentes e alimentação diária de cerca de 700 crianças. Essas ações reforçam o compromisso da companhia com o desenvolvimento social, a inclusão e a responsabilidade corporativa.

Tarifa Social

A Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), instituída pela Lei nº 12.212/2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.583/2011, assegura descontos na fatura de energia para famílias de baixa renda inscritas em programas sociais, sob aplicação e fiscalização da ANEEL. Em complemento, a Lei nº 15.235/2025 prevê isenção total para famílias cadastradas no CadÚnico com consumo mensal de

até 80 kWh, desde que atendidos os critérios legais (como inscrição ativa e renda per capita de até meio salário-mínimo).

Para orientar a operacionalização do benefício em 2025, a ANEEL aprovou o Manual de Repercussão da TSEE por meio do Despacho nº 847, de 1º de abril de 2025. Nesse contexto, ao longo de 2025 foram realizadas 26 ações voltadas ao público de baixa renda, com foco na ampliação do cadastramento e na orientação comunitária, reforçando seu compromisso com inclusão social e acesso justo à energia elétrica.

Projetos de Eficiência Energética

A companhia desenvolve, de forma contínua, projetos de eficiência energética voltados à redução do consumo, à educação para o uso consciente da energia e à promoção de benefícios sociais para a população, especialmente para famílias de baixa renda. Essas iniciativas são executadas no âmbito do Programa de Eficiência Energética (PEE), regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e refletem o compromisso da companhia com a sustentabilidade, a modicidade tarifária e a melhoria da qualidade de vida no Estado do Amazonas.

Eficiência energética como vetor de desenvolvimento

Por meio de iniciativas como o programa Uma Nova Energia e da participação ativa na Olimpíada Nacional de Eficiência Energética-ONEE, a Companhia reafirma seu compromisso com a promoção da eficiência energética como instrumento de inclusão social, educação ambiental e uso responsável dos recursos energéticos.

As iniciativas contribuem para a redução do consumo de energia, o alívio do orçamento das famílias e o fortalecimento de práticas sustentáveis, apoiando a construção de um futuro mais eficiente e ambientalmente responsável para o Estado do Amazonas.

ONEE - Olimpíada Nacional de Eficiência Energética



Em 2025, a Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE), em sua 4ª edição, consolidou-se como uma iniciativa de educação para o uso consciente da energia, voltada a estudantes do 8º e 9º ano, com atividades e desafios gamificados. Realizada entre julho e dezembro, mobilizou mais de 348 mil estudantes, 7.400 escolas e 3.031 municípios. No Amazonas, houve forte participação, com 8.114 alunos de 148 escolas em 16 municípios, resultando em 119 medalhas (18 ouros, 40 pratas e 61 bronzes) e 167 menções honrosas, destacando o Estado na Região Norte. Além da competição, a ONEE contribui para formar cidadãos mais conscientes, disseminar o aprendizado para famílias e comunidades e fortalecer a cultura de sustentabilidade e a educação como vetor de transformação social.

Projeto “Uma Nova Energia”

O projeto Uma Nova Energia (maio/2023 a dezembro/2025) promoveu eficiência energética e redução de custos para famílias de baixa renda no Amazonas, por meio de ações educativas e práticas, como visitas domiciliares com orientações de consumo e segurança elétrica, substituição de lâmpadas por LED e troca de refrigeradores antigos por equipamentos com Selo Procel classe A. A iniciativa beneficiou mais de 6 mil famílias em Manaus, Iranduba, Itacoatiara, Manicoré, Nova Olinda do Norte e Manacapuru, com a substituição de 27.200 lâmpadas e 5.550 refrigeradores. Com investimento de R\$ 14,6 milhões, o projeto superou metas ao alcançar 3.268,65 MWh/ano de economia de energia e 638,55 kW de redução de demanda na ponta, gerando impacto socioambiental positivo e incentivando o consumo consciente.

A seguir tabela com os principais números do projeto ao fim de sua realização:

Tabela 8 – Números do Projeto

Indicador	Valor
Famílias beneficiadas (Unid.)	6.000
Lâmpadas substituídas (Unid.)	27.200
Refrigeradores substituídos (Unid.)	5.550
Investimento (R\$ milhões)	15
Economia anual (MWh)	3.269
Meta de economia anual (MWh)	2.409
Redução de demanda (kW)	639

Fonte: Amazonas Energia

2.2.2 Gestão de Pessoas

A Amazonas Energia valoriza seu capital humano como fator estratégico para o desempenho e o crescimento sustentável, investindo em um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e alinhado aos princípios institucionais, além de manter benefícios voltados ao bem-estar dos colaboradores. A Companhia também promove o desenvolvimento de lideranças e a capacitação contínua das equipes, fortalecendo competências essenciais para a evolução dos negócios. Sua política de cargos e salários é baseada em critérios objetivos e, após reestruturação, tornou-se mais transparente e equilibrada, reforçando práticas remuneratórias justas. Em 2025, foram mantidos e aprimorados programas internos de desenvolvimento, engajamento e qualidade de vida.

Projeto de Reconhecimento “Gente que Brilha”

O Programa de Reconhecimento de Colaboradores é uma iniciativa estratégica de valorização e engajamento, voltada a incentivar comportamentos e resultados alinhados aos objetivos e valores da Companhia, fortalecendo a cultura de apreciação e excelência. O programa utiliza um aplicativo próprio e realiza, trimestralmente, votações para reconhecer e premiar as ações de maior destaque, promovendo participação, transparência e meritocracia.



Programa Aprendiz

O Programa de Aprendizagem é uma iniciativa de inclusão social e profissional para jovens de 14 a 24 anos, que combina formação teórica em entidade qualificadora e prática na empresa, em conformidade com a Lei nº 10.097/2000. A Companhia investe na preparação dos aprendizes, desenvolvendo competências técnicas e comportamentais, e parte dos atuais colaboradores iniciou sua trajetória por meio do programa, evidenciando sua efetividade na formação e inserção no mercado de trabalho.

Programa Cuidar +

O Programa de Qualidade de Vida Cuidar+ reúne iniciativas voltadas à promoção da saúde física, mental e emocional dos colaboradores, fortalecendo um ambiente de trabalho mais saudável e engajador. Em 2025, em atendimento à NR-01, a Amazonas Energia implementou ações específicas de saúde mental, reforçando seu compromisso com o bem-estar e a melhoria contínua da qualidade de vida no trabalho.

Programa de Acompanhamento de Colaboradoras Gestantes

Com o objetivo de promover o bem-estar de colaboradoras, a Companhia implantou um programa de acompanhamento às gestantes, com suporte e orientações ao longo da gestação para garantir acolhimento e segurança no trabalho. Após o parto, concede licença-maternidade estendida de seis meses com remuneração integral e benefícios mantidos e, no retorno, oferece jornada flexibilizada com redução de uma hora diária para amamentação por até seis meses, reforçando o compromisso com a saúde materno-infantil e o equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Programa de Onboarding Energizando

O Energizando é o programa institucional de integração de novos colaboradores, que apresenta a cultura organizacional, valores e diretrizes da Amazonas Energia. Realizado em um único dia, busca facilitar a adaptação ao ambiente de trabalho e a compreensão inicial de processos e expectativas, contribuindo para engajamento, integração e retenção dos profissionais desde o início.

2.2.3 Saúde e Segurança no Trabalho

Em 2025, foram realizados 754 acompanhamentos e inspeções de serviços envolvendo equipes próprias e terceirizadas, com o objetivo de verificar o atendimento às condições mínimas de segurança do trabalho durante a execução das atividades. Essas ações reforçam o compromisso da Companhia com a prevenção de acidentes, a proteção da integridade física dos trabalhadores e a conformidade com as normas regulamentadoras aplicáveis.

Campanha de Vacinação

Em 2025, como medida de preservação da saúde coletiva, foram aplicadas 521 doses da vacina influenza quadrivalente nos colaboradores que realizaram o cadastro individual para imunização. A ação reforça o alinhamento da Companhia às melhores práticas de saúde ocupacional e à prevenção de doenças sazonais no ambiente corporativo.

Brigada de Incêndio Voluntária

A Companhia mantém Brigada de Incêndio em conformidade com a NR-23, atendendo aos requisitos de prevenção e proteção contra incêndios. Em 2025, a Brigada Voluntária realizou simulados de evacuação, aprimorando procedimentos de segurança, a capacidade de resposta a emergências e a cultura de prevenção de riscos na Companhia.

Comissão Interna de Prevenção de Acidente – CIPA

Em 2025, as CIPAs, em parceria com o SESMT, realizaram ações para fortalecer a cultura de prevenção e melhorar as condições de saúde e segurança, incluindo inspeções em unidades, elaboração e atualização de Mapas de Riscos, realização de Diálogos de Segurança (DDS) e campanhas de conscientização (como Maio Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul e Dezembro Vermelho, entre outras). Ao final do ano, foi realizada a SIPAT, evento obrigatório voltado à prevenção de acidentes, promoção da saúde e estímulo à responsabilidade individual e coletiva para adoção de comportamentos seguros e eliminação de riscos.

Embaixadores da Segurança e os Diálogos de Segurança – DDS

Nas unidades do interior que não possuem efetivo suficiente para formar CIPA, a Amazonas Energia designa Embaixadores da Segurança para

atuar na prevenção de acidentes e na disseminação de práticas seguras, conduzindo DDS diários e semanais elaborados pelo SESMT. Em 2025, foram realizados 48 DDS para equipes operacionais do interior e 12 campanhas de saúde e segurança para colaboradores administrativos na capital, reforçando o compromisso com a padronização das práticas e a manutenção de ambientes de trabalho seguros em todas as localidades.

Tecnologia para preservar vidas

Entre 2020 e 2024, a Companhia estruturou a gestão tecnológica da frota com rastreamento, telemetria e videotelemetria. Em 2025, priorizou a ampliação da videotelemetria, incluindo a

expansão do monitoramento por câmeras para mais quatro veículos (também no interior), com padronização de critérios e auditoria de eventos críticos. A iniciativa reforçou a segurança viária e o controle operacional por meio do uso sistemático de vídeos e relatórios para análise de condução, investigação de ocorrências e correção de desvios, além de consolidar treinamentos contínuos orientados por dados e ampliar a abrangência regional das práticas. Com isso, a Companhia transformou dados em ação gerencial, elevando a eficiência, reduzindo riscos e fortalecendo a cultura de segurança na frota.

2.1 Dimensão Ambiental

2.3.1 Mudanças climáticas e ações para mitigação de consequências dos eventos climáticos na área da concessão

A Companhia adota práticas estruturadas de prevenção, monitoramento e resposta a eventos climáticos extremos como enchentes, vazantes e queimadas que podem impactar a continuidade e a segurança do fornecimento de energia no Amazonas. Para isso, mantém um Plano de Contingência com diretrizes, procedimentos e estruturas de atuação, envolvendo diversas áreas da Companhia, com foco em reduzir riscos, preservar vidas e assegurar a adequada prestação do serviço público.

Monitoramento e Antecipação de Riscos:

Há monitoramento contínuo de informações meteorológicas, decretos de emergência, ocorrências operacionais e comunicados de órgãos públicos, permitindo identificar e classificar cenários de risco. Essa vigilância técnica fundamenta decisões sobre mobilização de equipes, reforço de infraestrutura e ações preventivas em redes de média e baixa tensão.

Ações Preventivas e Operacionais:

Durante períodos de enchente, a Companhia executa medidas como:

- Elevação de redes elétricas em áreas alagadas, substituição de postes e instalação de estais.
- Sinalização reforçada para alertar a população e navegadores quanto ao risco de choque elétrico.

- Desenergização preventiva de circuitos e unidades consumidoras em situação de perigo.
- Retirada temporária de medidores para evitar acidentes e danos.
- Nas fases de vazante ou seca extrema, as ações incluem:
- Estabilização de estruturas sujeitas a erosão.
- Desligamento de áreas com acesso bloqueado ou risco elevado.
- Campanhas e ações emergenciais de combate a queimadas que podem danificar equipamentos da rede e comprometer o fornecimento.

Comunicação Institucional e Relacionamento com a Comunidade

O plano define uma rotina clara de comunicação interna e externa. Informações sobre riscos, interrupções e medidas adotadas são compartilhadas com órgãos públicos, prefeituras, forças de segurança e comunidade, garantindo transparência e agilidade na resposta. A população recebe orientações sobre uso seguro da energia, prevenção de acidentes e condutas adequadas durante situações de contingência.

Compromisso com Segurança e Continuidade do Serviço

Todas as ações seguem rigorosos padrões de segurança, em conformidade com a NR-10 e com os Procedimentos Operacionais Padrão da

empresa reforçando o compromisso institucional em preservar a integridade de colaboradores, clientes e comunidades, reduzir vulnerabilidades e restabelecer, com rapidez e segurança, a operação normal do sistema elétrico.

2.3.2 Compromisso com o Meio Ambiente

A Companhia conduz o licenciamento ambiental de seus empreendimentos junto aos órgãos competentes, assegurando conformidade legal e práticas sustentáveis, com gestão baseada em indicadores e ações sistemáticas como supressão vegetal controlada, resgate/afugentamento de fauna, monitoramento ambiental e destinação adequada de resíduos.

Em 2025, obteve 84 licenças ambientais e geriu 228 empreendimentos (39 subestações, 76 linhas de distribuição e 106 usinas), sendo 2 usinas ativas e 104 em desativação, processo impulsionado pela substituição gradual por Produtores Independentes de Energia (PIE), reduzindo impactos e aumentando a eficiência do sistema.

Além disso, há 8 novos empreendimentos em planejamento, com estudos ambientais e urbanos para mitigar impactos e viabilizar a expansão responsável da infraestrutura no Amazonas.

2.3.3 Ações Ambientais

Biodiversidade ambiental

A conservação da biodiversidade constitui uma diretriz da Política Ambiental, orientando a atuação da Companhia na implementação de medidas que contribuam para a proteção de ecossistemas e espécies sensíveis.

Em 2025, reforçamos nosso compromisso ambiental ao participar ativamente da construção das ações do 3º Ciclo do Plano de Ação Nacional para Conservação do Sauim-de-coleira, espécie de primata da região amazônica e classificada como ameaçada de extinção.

A Companhia participou de uma oficina interativa de três dias, coordenada pelo ICMBio, com a presença de órgãos públicos, instituições acadêmicas e



sociedade civil, evidenciando a articulação intersetorial necessária à conservação de espécies ameaçadas. Ao final, foram consolidadas propostas para reduzir impactos sobre o sauim-de-coleira, espécie exclusiva de Manaus e de áreas de Rio Preto da Eva e Itacoatiara, com contribuição da Companhia na construção de estratégias alinhadas às boas práticas de conservação e à gestão ambiental responsável. A imagem ao lado registra o encerramento do 3º Ciclo do Plano Nacional de Conservação (PAN) do Sauim-de-coleira.

Educação ambiental

Em 2025, a Semana do Meio Ambiente ocorreu de 03 a 05 de junho, consolidando-se como iniciativa de sensibilização socioambiental e engajamento dos colaboradores, alinhada à Política Ambiental e às prioridades definidas pela Coordenação de Meio Ambiente. A programação incluiu a inauguração do Recinto de Felinos com visita guiada, quiz interativo com brindes e entrega de mudas para incentivar o plantio consciente e a arborização. As ações, orientadas por demandas internas e questões ambientais locais, reforçaram o compromisso da Companhia com educação ambiental, sustentabilidade e cultura organizacional responsável.

imagem 1: Fotos da semana do meio ambiente.



Fonte: Amazonas Energia

Projeto Amigos da Floresta

Em 2025, a Companhia deu continuidade ao Projeto Amigos da Floresta, iniciativa socioambiental criada em 2023 para promover educação ambiental em comunidades do entorno de seus empreendimentos, com foco em crianças e adolescentes. Foram atendidas dez instituições de ensino (públicas e privadas), alcançando 364 alunos de 6 a 18 anos, por meio de ações educativas sobre preservação e uso consciente dos recursos naturais, jogos e dinâmicas



interativas e distribuição de kits-lanches. A iniciativa reforça o compromisso da empresa com o desenvolvimento socioambiental local, a formação de cidadãos conscientes e o

fortalecimento do vínculo com as comunidades atendidas.

2.2 Balanço Social

Tabela 9 – Balanço Social

1 - Base de Cálculo	2025 Valor (Mil reais)			2024 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	5.163.037			5.173.612		
Resultado operacional (RO)	(2.012.854)			(1.772.459)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	141.985			132.310		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	13.672	9,63%	0,26%	13.036	9,85%	0,25%
Encargos sociais compulsórios	36.720	25,86%	0,71%	30.326	22,92%	0,59%
Previdência privada	2.459	1,73%	0,05%	2.481	1,88%	0,05%
Saúde	15.819	11,14%	0,31%	17.360	13,12%	0,34%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	1.249	0,88%	0,02%	1.242	0,94%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	290	0,20%	0,01%	118	0,09%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	692	0,49%	0,01%	739	0,56%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	1.252	0,88%	0,02%	1.148	0,87%	0,02%
Total - Indicadores sociais internos	72.153	50,82%	1,40%	66.450	50,22%	1,28%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	7.024	-0,35%	0,14%	6.523	-0,37%	0,13%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	7.024	-0,35%	0,14%	6.523	-0,37%	0,13%
Tributos (excluídos encargos sociais)	264.896	-13,16%	5,13%	366.655	-20,69%	7,09%
Total - Indicadores sociais externos	271.920	-13,51%	5,27%	373.178	-21,05%	7,21%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	7.125.347	-353,99%	138,01%	5.971.664	-336,91%	115,43%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	7.125.347	-353,99%	138,01%	5.971.664	-336,91%	115,43%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas (x) cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			() não possui metas (x) cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2025			2024		
Nº de empregados(as) ao final do período	962			978		
Nº de admissões durante o período	98			186		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	3.443			3.119		
Nº de estagiários(as)	-			-		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	390			377		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	339			328		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	8,84%			7,97%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	34			25		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,42%			0,31%		

Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	38			41		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025 Valor (Mil reais)			2024 Valor (Mil reais)		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	98,57%			95,58%		
Número total de acidentes de trabalho	56			50		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Os padrões de segurança e insalubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(x) são sugeridos	() são exigidos	() não são considerados	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 701.271	no Procon 1.743	na Justiça 15.994	na empresa 680.131	no Procon 954	na Justiça 17.739
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 29%	na Justiça 100%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2025: R\$ 1.546.709,25			Em 2024: R\$ 1.454.532,00		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	Colaboradores(as) Acionistas Terceiros Governo Retido	9,03% - 171,21% 49,89% -130,14%		Colaboradores(as) Acionistas Terceiros Governo Retido	10,15% - 156,59% 55,12% -121,86%	
7 - Outras Informações						
PACTO GLOBAL						
Ação social da Amazonas Energia que conta com a participação dos colaboradores, próprios e terceiros, no desenvolvimento do Projeto Energia Solidária; Natal solidário; Refeitório Pão e Paraíso, a ação consiste na doações de cestas básicas; kits de higiene; água potável; roupas e brinquedos a famílias carentes e a instituições de caridade que cuidam de crianças em vulnerabilidade social, também apoia a LAAC – Liga Amazonense Contra o Câncer, a Fazenda Esperança, referência no tratamento de dependentes químicos e alcoólicos.						

Fonte: Amazonas Energia

DESEMPENHO OPERACIONAL



2025

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1 Ambiente Macroeconômico

Em 2025, o Brasil operou em um ambiente de elevada atenção econômica, política e ambiental. Até o 3º trimestre de 2025, o PIB acumulou crescimento de 2,4% no ano, com destaque para a agropecuária (+11,6%), enquanto indústria (+1,7%) e serviços (+1,8%) avançaram de forma mais moderada. A inflação (IPCA) encerrou 2025 em 4,26% e o ciclo de aperto monetário levou a Selic a 15,00% a.a. (jun/2025), reforçando um ambiente de juros elevados ao longo do ano.

No mercado de trabalho, a taxa anual de desocupação foi de 5,6% e o emprego formal encerrou 2025 com saldo de +1.279.498 vagas (Novo Caged). Regionalmente, o Polo Industrial de Manaus registrou faturamento de R\$ 209,48 bilhões entre janeiro e novembro (+10,42%), com média de 131.444 empregos diretos no período. No conjunto, o ano refletiu expansão moderada e melhora do mercado de trabalho, com desafios estruturais ainda relevantes no médio prazo.

3.2 Ambiente Regulatório

3.2.1 Medidas Provisórias, Leis derivadas, Regulamentação e participação social

Em 2025, a agenda política do setor elétrico foi marcada por duas Medidas Provisórias com impacto na Distribuição. A MP nº 1.300/2025 (convertida na Lei nº 15.235/2025) instituiu a nova Tarifa Social, ampliando benefícios para famílias de baixa renda inscritas no CadÚnico, com gratuidade da fatura para consumo mensal de até 80 kWh e regras específicas para públicos como BPC, comunidades rurais, indígenas e quilombolas.

Já a MP nº 1.304/2025 (convertida na Lei nº 15.269/2025) trouxe medidas de modernização do marco regulatório, com foco na redução tarifária, segurança energética e teto para custos da CDE, além de diretrizes para armazenamento de energia e facilitação da comercialização de gás natural. Essa lei também demandará ampla regulamentação por decreto e pela ANEEL, com participação das distribuidoras em consultas públicas e tomadas de subsídios sobre temas como abertura do ACL, teto da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Encargo de Complemento de Recursos – ECR, supridor de última instância, regras para autoprodução, armazenamento como novo segmento, curtailment, reserva de

capacidade, P&D obrigatório para eólicas/solar a partir de 2026, contratos de carvão até 2040 e flexibilização do gás da União via PPSA.

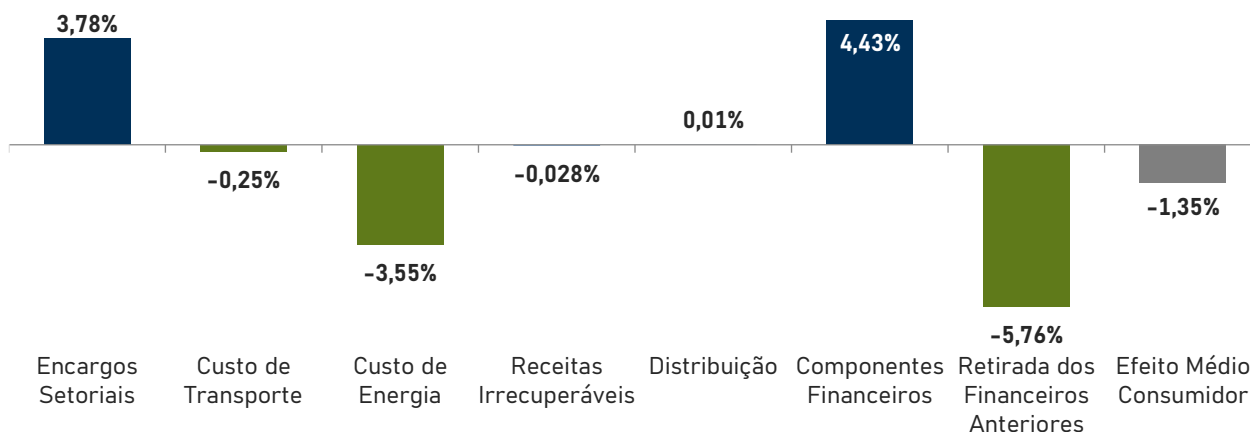
Além disso, a ANEEL editou normativos relevantes para a Distribuição em 2025: a REN nº 1.127/2025 (tratamento de diferimentos financeiros para mitigar variações entre ciclos tarifários), a REN nº 1.137/2025 (exigências para resiliência climática com planos e investimentos) e a REN nº 1.114/2025 (ajustes em procedimentos tarifários sobre energia requerida e perdas não técnicas considerando efeitos da MMDG).

3.2.2 Reajuste Tarifário 2025

Em 20/05/2025, a ANEEL homologou o Reposicionamento Tarifário Anual – RTA, conforme a Resolução Homologatória nº 3.454/2025, com um índice de reajuste médio de -1,35% nas tarifas dos consumidores da concessão, sendo de 0,77%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de -2,20%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

O efeito médio negativo decorreu principalmente da redução do custo de aquisição da energia repassado às tarifas, bem como da retirada dos efeitos financeiros anteriores que incidiam sobre as tarifas. O gráfico abaixo resume os efeitos por componentes de custos e sua participação no somatório total da receita requerida.

Gráfico 01: Revisão Tarifária



Fonte: Amazonas Energia

Observou-se redução relevante no custo de aquisição de energia em decorrência da Medida Provisória nº 1.232/2024, que viabilizou a conversão de contratos bilaterais de Produtores Independentes de Energia (PIE), próximos ao vencimento, em energia de reserva. Em substituição a esses montantes, a Companhia passou a atender a necessidade por meio de contratação no 32º Leilão de Energia Existente. Com isso, o ônus anteriormente alocado aos consumidores da concessão foi socializado entre os usuários do Sistema Interligado Nacional (SIN), ao passo que a energia contratada no referido leilão apresentou menor custo de aquisição para o mercado atendido no Amazonas.

A parcela B da Amazonas Energia foi calculada na Revisão, ocorrida em maio de 2024. No RTA de 2025 ela foi atualizada, conforme tabela abaixo, resultando no valor de R\$ 1,035 bilhão.

A parcela B foi atualizada para refletir a receita econômica e, sobre essa receita foi aplicado o percentual de recuperação inflacionária (IPCA) em 5,53%. Ocorre que pela metodologia tarifária a empresa compartilha com o consumidor o Fator X, no percentual de 4,94%, ao mesmo tempo que garante a neutralidade da parcela B devolvendo aos consumidores os valores relativos ao compartilhamento de Infraestrutura, excedentes de reativos e ultrapassagem de demanda.

Parcela B

Tabela 10 – Composição Parcela B

Descrição	Valores
(1) Parcela B Ano Anterior	R\$ 1.035.753.645
(2) Fator DR1 / Fator PB	1,07564
(3) Parcela B Econômica = (1) * (2)	R\$ 1.114.099.544
(4) IPCA	5,53%
(5) Fator X	4,94%
(5.1) Componente Pd do Fator X	1,43%
(5.2) Componente T do Fator X	2,20%
(5.3) Componente Q do Fator X	1,31%
(6) UDEROR	R\$ 84.729.734
(6.1) Outras Receitas (OR)	R\$ 45.941.040
(6.2) Excedente de Reativos (ER)	R\$ 22.582.421
(6.3) Ultrapassagem de Demanda (UD)	R\$ 16.206.273
Parcela B - DRP (R\$) = (3) * [(1)+(4)-(5)]-(6)	R\$ 1.035.975.642

Fonte: Amazonas Energia

3.2.3 Sobrecontratação de energia 2025

As distribuidoras devem contratar integralmente a energia para atender seu mercado, com repasse tarifário de sobras e déficits limitado a 5% do custo total, mecanismo que reduz a volatilidade para o consumidor cativo. Em 2025, a Companhia apresentou sobrecontratação involuntária mais elevada no início do ano, devido à baixa flexibilidade de sazonalização da garantia física no primeiro trimestre, resultando em média de 12,61% no primeiro semestre. No segundo semestre, com a aceleração do crescimento de carga no SIN, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, a sobrecontratação se normalizou, alcançando média de 1,29%, refletindo melhor alinhamento entre energia contratada e consumo realizado.

Adicionalmente, a Portaria MME nº 38/2022 contribuiu para o alívio financeiro ao permitir o recebimento, no mês subsequente, de valores relacionados à exposição ao mercado de curto

prazo (spread), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Tabela 11: Resultado do Mercado de Curto Prazo 2025

Mês	Energia GWh	Resultado MCP LIQ. - R\$ Mil	Valores Portaria nº 38/22 - R\$ Mil
Janeiro	80	4.755	18.190
Fevereiro	113	15.823	24.504
Março	108	82.597	20.645
Abril	70	33.520	10.540
Maio	59	36.093	5.354
Junho	77	43.011	2.423
Julho	24	5.124	1.597
Agosto	-1	-4.220	1.150
Setembro	9	756	910
Outubro	-1	7.945	-1.311
Novembro	-8	-1.670	-678
Dezembro	-4	1.086	81
Total	526	224.822	83.404

Fonte: Amazonas Energia

A MP nº 1.232/2024 promoveu mudança estrutural no portfólio da Companhia ao viabilizar a conversão dos CCVE e a retirada de 450 MW médios, tornando a posição de contratação mais aderente ao mercado atendido. Em 2024, a Companhia operava com sobrecontratação estrutural média de ~40% ao mês, com impactos relevantes no caixa (energia contratada acima do custo médio de cobertura) e maior exposição ao MCP, sujeita ao risco de liquidação de sobras a preços inferiores aos custos contratados.

Com a exclusão dos 450 MW médios, houve realinhamento do portfólio à base de carga e ao perfil de geração própria, com redução da sobrecontratação a patamares adequados, aumento de previsibilidade e mitigação do risco de exposição involuntária ao mercado spot.

3.2.4 Cenário Hidrológico

O ano de 2025 foi marcado pela continuidade de um ciclo de seca, comprometendo o balanço hídrico das principais bacias hidrográficas do Sistema Interligado Nacional (SIN). A escassez de chuvas, associada às elevadas temperaturas e à alta evapotranspiração, impediu a recuperação plena dos reservatórios das hidrelétricas, especialmente nas regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Condições Hidrológicas ao Longo do Ano

O período úmido 2024/2025 trouxe alívio apenas parcial, insuficiente para reverter os déficits acumulados nos anos anteriores. No primeiro trimestre, as afluições (ENA) ficaram próximas de 75% da Média de Longo Termo (MLT) no Sudeste/Centro-Oeste, enquanto Norte e Nordeste também apresentaram valores abaixo da média. A partir do segundo semestre, a seca se intensificou: em agosto e setembro os níveis dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste ficaram entre 44 e 47% do volume útil — os menores valores da série histórica para esses meses — configurando o quarto pior cenário em registros de décadas.

As bacias dos rios Paraná, Paraguai, Tocantins e São Francisco acumularam anomalias hidrológicas severas, afetando diretamente a produção hidrelétrica e ecossistemas como o Pantanal. No encerramento de novembro, o armazenamento do SIN estava em aproximadamente 46%, com o Sul apresentando os melhores níveis (88%) e o Sudeste/Centro-Oeste em 42%.

Impacto nos Preços de Energia

A redução da geração hidrelétrica exigiu maior acionamento de usinas termelétricas, cujo custo de operação é significativamente superior. Esse movimento elevou o Custo Marginal de Operação (CMO) e, consequentemente, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) ao longo do ano:

- **Junho a setembro:** O PLD apresentou forte alta, especialmente nos submercados Sudeste/Centro-Oeste e Sul, com médias superiores a R\$ 200/MWh em diversos períodos;
- **Agosto:** Os preços atingiram o teto regulatório horário de R\$ 1.542,23/MWh em alguns momentos, refletindo alta volatilidade e estresse operacional;

Bandeiras tarifárias: a partir do segundo semestre de 2025 a ANEEL acionou a bandeira vermelha patamar 2 em agosto e setembro, com adicional de R\$ 7,87 a cada 100 kWh, reduzida para patamar 1 (R\$ 4,46/100 kWh) em outubro e novembro, sinalizando condições desfavoráveis persistentes de geração. A transição climática

imposta pelo aquecimento global reduziu a previsibilidade das chuvas e aumentou a variabilidade das afluições. Especialistas e os atuais modelos de projeção apontam que o déficit hídrico deixou de ser uma crise pontual para se tornar um "novo normal" no Brasil, com tendência de maior frequência de secas severas. A demanda de carga também seguiu em trajetória de alta, particularmente nas regiões Norte (+10%) e Nordeste (+6%), pressionando ainda mais o sistema.

O cenário de 2025 reforçou a importância de um planejamento energético robusto e da diversificação da matriz elétrica. A expansão de fontes renováveis, como eólica e solar, que totalizaram cerca de 6.751 MW de nova capacidade instalada até novembro, tornou-se ainda mais estratégica para reduzir a vulnerabilidade do SIN frente a eventos climáticos extremos. Investimentos em infraestrutura de transmissão, armazenamento de energia e gestão de risco hidrológico devem continuar sendo priorizados para garantir a segurança do suprimento nos próximos ciclos.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD

Em 2025, o PLD iniciou em patamar baixo e homogêneo (~R\$ 59/MWh em janeiro). Em fevereiro, houve descolamento regional, com SE/CO e Sul ~R\$ 94/MWh, enquanto Norte e Nordeste permaneceram ~R\$ 59/MWh. Março concentrou o maior estresse, com pico no SE/CO (~R\$ 327/MWh) e Sul (~R\$ 333/MWh) e manutenção de N/NE ~R\$ 59/MWh, refletindo reservatórios deprimidos, afluições abaixo da MLT e aumento de carga, levando a elevação do CMO e maior despacho térmico. Após março, os preços permaneceram elevados, em geral na faixa ~R\$ 200–250/MWh até dezembro, com nova pressão entre agosto e outubro (~R\$ 250–287/MWh) e maior convergência entre submercados a partir de novembro. O PLD médio anual ficou em torno de ~R\$ 220/MWh, coerente com um regime de custo marginal estruturalmente alto ao longo do ano.

No gráfico abaixo verificamos o comportamento do PLD médio mensal de 2025 por submercado:

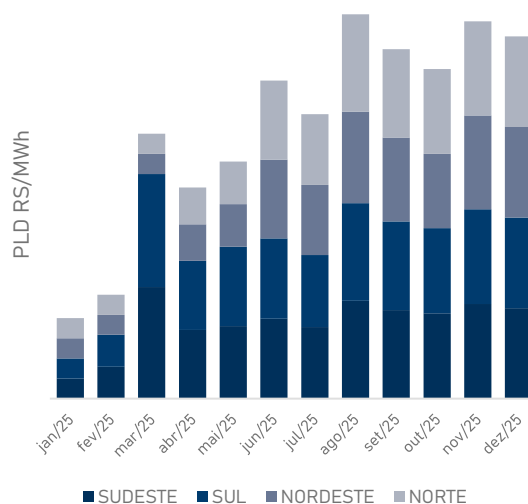


Gráfico 02: PLD
Fonte: Amazonas Energia

3.2.5 Bandeira Tarifária

O sistema de bandeiras tarifárias (REN ANEEL nº 547/2013, vigente desde 2015) é um mecanismo de sinalização ao consumidor dos custos conjunturais de geração, sem criar um encargo, mas antecipando na fatura a variação de custos já reconhecida no processo tarifário. As bandeiras verde, amarela e vermelha refletem o nível de custo de geração no período, por meio de adicionais aplicados à Tarifa de Energia (TE). Conforme a Resolução Homologatória nº 3.306/2024 (vigência a partir de 01/04/2024), os adicionais são: amarela R\$ 18,85/MWh, vermelha patamar 1 R\$ 44,63/MWh e vermelha patamar 2 R\$ 78,77/MWh (bandeira verde sem adicional).

Em 2025, o SIN operou sob hidrologia desfavorável, com afluições abaixo da MLT e períodos mais críticos em fevereiro–março e agosto–outubro, pressionando níveis de reservatórios. Para mitigar risco de suprimento, o ONS manteve despacho térmico intensificado, inclusive acima da ordem de mérito por diretrizes do CMSE, elevando o CMO e, por consequência, os preços do mercado de curto prazo. No período mais severo (ago–out), o aumento de carga — especialmente Norte (+10%) e Nordeste (+6%) — reforçou a necessidade de térmicas de maior custo. A tabela subsequente consolida os montantes de liquidações e o faturamento da conta centralizadora das bandeiras tarifárias no exercício:

Tabela 12: Bandeiras Tarifárias

Mês	Bandeira	Faturamento da Bandeira R\$ Mil	Repasse da CCRBT à AmE - R\$ Mil	Repasse da AmE à CCRBT- R\$ Mil	Nº do Despacho ANEEL
Janeiro	Verde	28	1.685	-	551/2025
Fevereiro	Verde	47	2.387	-	929/2025
Março	Verde	75	1.696	-	1340/2025
Abril	Verde	83	2.149	-	1625/2025
Maio	Amarela	4.137	0	-1.786	2003/2025
Junho	Vermelha I	10.676	0	-3.668	2267/2025
Julho	Vermelha I	13.398	0	-6.352	2613/2025
Agosto	Vermelha II	21.648	355	-	2941/2025
Setembro	Vermelha II	25.139	0	-891	3226/2025
Outubro	Vermelha I	16.151	1.270	-	3569/2025
Novembro	Vermelha I	13.282	0	-3.969	3291/2025
Dezembro	Amarela	7.949	346	0	288/2026

Fonte: ANEEL

3.3 Mercado de Energia

3.3.1 Carga Líquida de Perdas / Área de Concessão

Em 2025, a energia requerida totalizou 13.683 GWh, queda de 1,7% frente a 2024 (13.918 GWh). Essa variação decorre, essencialmente, da redução das perdas na distribuição, uma vez que o mercado atendido permaneceu praticamente estável (7.768 GWh vs 7.779 GWh; -0,1%). Observou-se, ainda, recomposição do perfil do mercado, com redução do fornecimento cativo (4.882 GWh; -4,4%) e crescimento de consumidor livre (2.886 GWh; +8,1%), indicando migração sem impacto material no volume total atendido.

As perdas totais recuaram para 5.915 GWh (-3,6%), com melhora do indicador PT/Energia Requerida de 44,10% para 43,23% (-0,87 p.p.), sendo a principal contribuição proveniente das perdas não técnicas (PNT), que reduziram 205 GWh (-4,1%) e tiveram queda do índice PNT/Energia Requerida

de 36,33% para 35,45% (-0,88 p.p.). As perdas técnicas também apresentaram redução (1.064 GWh; -1,7%).

No conjunto, os resultados sinalizam melhoria da eficiência de distribuição, com menor energia requerida para atender volume semelhante de mercado, embora o patamar de perdas, especialmente PNT, permaneça elevado e continue representando desafio estrutural para a sustentabilidade econômico-financeira da concessão.

Na tabela a seguir demonstramos a variação dos dados de 2025 em relação ao ano anterior para a energia requerida, mercado atendido e perdas elétricas:

Tabela 13: Energia Requerida

Energia Requerida (GWh)	2025	2024	Variação (%)
Fornecimento*	4.882	5.109	- 4,4
Consumidores Livres	2.886	2.670	8,1
Mercado Atendido	7.768	7.779	- 0,1
Perdas na Distribuição			
Perdas Técnicas	1.064	1.082	-1,7
Perdas não Técnicas - PNT	4.851	5.056	-4,1
PNT / Energia Requerida %	35,45%	36,33%	-0,8
Perdas Totais - PT	5.915	6.138	-3,6
PT / Energia Requerida %	43,23%	44,10%	-2,0
Total	13.683	13.918	-1,7

Fonte: Balanço energético 2025, Amazonas Energia

*Não é considerado o Consumo Próprio

Obs.: Devido a mudança de metodologia da ANEEL, as informações acima são dados de **consumo medido**.

3.3.2 Venda de Energia / Área de Concessão

Tabela 14: Número de consumidores e Consumidor por classe

Número Unidades de Consumidores				Consumo Medido (GWh)		
Classe de Consumo	2025	2024	Variação 25/24 (%)	2025	2024	Variação 25/24 (%)
Mercado Cativo*	1.055.700	1.039.178	1,6	4.769	5.028	-5,2
Residencial	922.148	907.038	1,7	2.806	2.555	9,8
Média Tensão	14	10	40,0	0	0	0,0
Residencial – Convencional	663.565	646.195	2,7	1.979	2.086	-5,1
Residencial – Baixa Renda	258.569	260.833	-0,9	573	586	-2,2
Industrial	1.390	1.470	-5,4	216	270	-20,0
Comercial	86.678	84.745	2,3	1.175	1.222	-3,8
Rural	32.806	34.341	-4,5	65	72	-9,7
Poderes Públicos	10.420	9.566	8,9	557	589	-5,4
Iluminação Pública	228	208	9,6	128	127	0,8
Serviço Público	2.030	1.810	12,2	76	76	0,0
Consumidores Livres*	780	587	32,9	3.015	2.671	8,0
Industrial	279	235	18,7	2.099	1.975	6,3
Comercial	433	298	45,3	598	505	18,4
Rural	2	0	0,0	130	0	0,0
Poder Público	6	1	500,0	6	1	0,0
Serviço Público	60	53	13,2	182	190	-4,3
1. Fornecimento de energia Mercado Cativo	1.055.700	1.039.178	1,6	4.769	5.028	-5,2
2. Energia associada aos consumidores livre TUSD	780	587	32,9	3.015	2.671	12,9
3. Mercado Cativo + TUSD (1+2)	1.056.480	1.039.765	1,6	7.784	7.699	-1,1

Fonte: Balanço Energético 2025, Amazonas Energia

*Não é considerado o Consumo Próprio

Obs.: Devido a mudança de metodologia da ANEEL as informações acima são dados de consumo medido.

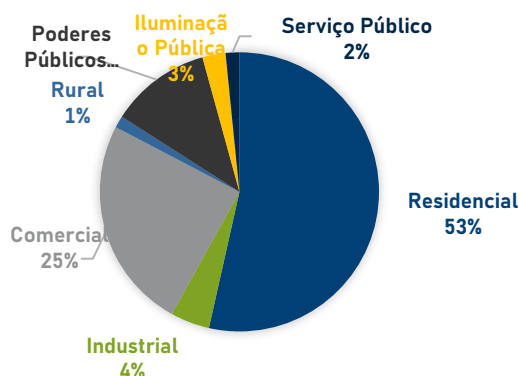
Em 2025, a base de unidades consumidoras (UC) apresentou crescimento, com o mercado cativo atingindo 1.055.700 UC (+1,6%) e o grupo de consumidores livres chegando a 780 UC (+32,9%). Considerando Mercado Cativo + TUSD (1+2), a distribuidora passou a atender 1.056.480 UC (+1,6%). O ano, contudo, foi marcado por recomposição do perfil do mercado, com aceleração do ambiente livre, especialmente em comercial (+45,3% UC) e industrial (+18,7% UC), consistente com migrações/adesões ao ACL e maior pulverização de agentes livres, alterando a composição do atendimento sem implicar aumento proporcional de volume.

Do ponto de vista energético, o consumo medido total (cativo + TUSD) recuou marginalmente para 7.784 GWh (-1,1%), resultado da combinação entre queda do consumo do mercado cativo, 4.769 GWh; -5,2%, redução de -259 GWh, e expansão do consumo associado aos livres

via TUSD, 3.015 GWh; +12,9%, aumento de +344 GWh, com efeito líquido de +85 GWh.

Na abertura por classes, destacam-se: (i) retração relevante no industrial cativo -20,0% e no comercial cativo -3,8%, parcialmente compensadas pelo aumento de consumo no industrial livre +6,3% e no comercial livre +18,4%, resultado compatível com o deslocamento de volumes para o ACL; (ii) em poder público e iluminação pública, o aumento de UC, +8,9% e +9,6%, com consumo estável/menor, -5,4% e +0,8%; e (iii) no residencial, apesar do aumento de UC (+1,7%), a abertura mostra comportamento heterogêneo, com redução em convencional (-5,1%) e baixa renda (-2,2%). No gráfico abaixo apresentamos o detalhamento:

Gráfico 3: Participação das classes no consumo cativo de energia em 2025



Fonte: Balanço Energético da Amazonas Energia

3.3.3 Gestão de Perdas de energia elétrica

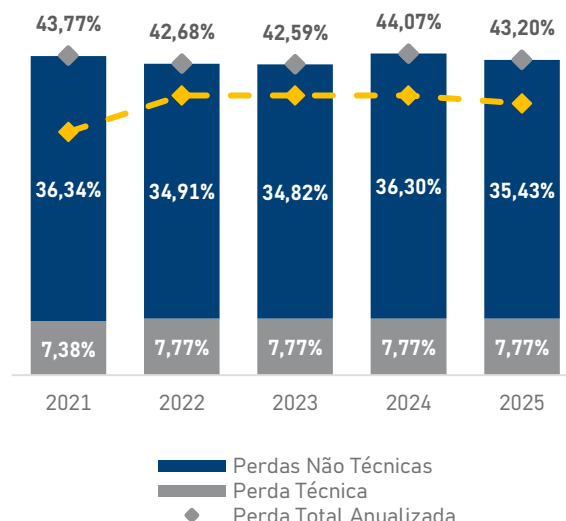
Entre 2024 e 2025, houve melhora do indicador de perdas totais anualizadas, que recuou de 44,07% para 43,20% (-0,87 p.p.). Essa variação foi integralmente explicada pela redução das perdas não técnicas, que caíram de 36,30% para 35,43% (-0,87 p.p.), indicando avanço nas frentes de combate a perdas comerciais (regularização, inspeções/antifraude, qualificação da medição e ações de recuperação).

Em contrapartida, as perdas técnicas permaneceram estáveis em 7,77%, reforçando o caráter estrutural dessa componente e a necessidade de ações de engenharia e investimentos (otimização operacional, reconfigurações e reforços de rede) para ganhos adicionais no médio prazo.

Em 2025, as ações intensificadas de fiscalização, com mais de 102 mil inspeções realizadas somente na cidade de Manaus, contribuíram para a continuidade desse movimento de estabilização, especialmente no componente de perdas não técnicas.

As perdas não técnicas impactam diretamente a tarifa, pois parte dos investimentos em combate a perdas e melhoria da medição é reconhecida no processo tarifário. Sua redução gera benefícios como potencial alívio tarifário, aumento do faturamento com a regularização de consumidores, melhoria da qualidade do fornecimento e maior arrecadação de encargos e tributos que representam cerca de 35,6% da receita arrecadada.

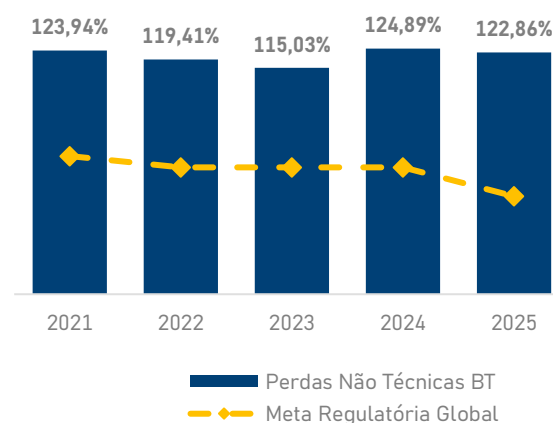
Gráfico 4: Perdas Totais Anualizadas de 2021 a 2025



Fonte: Balanço Energético 2025 / Amazonas Energia (2021 – 2023 – Mercado faturado; 2024 a 2025 Mercado Medido)

Ao final de 2025, o indicador de perdas não técnicas no mercado de BT na área de concessão da Amazonas Energia apresentou redução de 122,80% (2024) para 121,92% (2025), evidenciando melhora de 0,88 p.p. em relação ao ano anterior. Com base nessa metodologia, apresenta-se, a seguir, a evolução do indicador e a comparação com a Meta Regulatória Global nos últimos anos.

Gráfico 5: Perdas Não Técnicas (PNT) na Baixa Tensão (BT) de 2021 a 2025



Fonte: Amazonas Energia / Balanço Energético Energia (2021 – 2023 – Mercado faturado; 2024 a 2025 Mercado Medido)

Nota: A referência de limite regulatório do gráfico de perdas na baixa tensão é a resolução homologatória Resolução homologatória Nº 3.333/2024.

Dificuldades no combate às perdas no Amazonas e ambiente socioeconômico da Concessão

Após a apresentação dos resultados apurados em 2025, torna-se essencial ampliar a compreensão do contexto socioeconômico, territorial e institucional da área de concessão da Amazonas Energia, evidenciando como esses fatores condicionam, de forma direta, a efetividade das ações de combate às perdas de energia elétrica.

A concessão se caracteriza por ampla extensão territorial, elevada dispersão populacional e complexidade logística, com presença de áreas de difícil acesso e elevada informalidade urbana, elementos que aumentam o custo de fiscalização, dificultam a continuidade das ações e ampliam a reincidência de irregularidades, especialmente no componente de perdas não técnicas.

Relação entre Condições Socioeconômicas e Perdas Não Técnicas

Na área de concessão, os índices de perdas não técnicas tendem a se concentrar em localidades com maior vulnerabilidade social, baixa renda, precariedade habitacional e informalidade econômica, onde a capacidade de pagamento é limitada e a percepção de risco regulatório e de fiscalização é menor.

Nesse contexto, parte das irregularidades de consumo está associada a restrições reais de orçamento de famílias e microempreendimentos, o que gera resistência à regularização, dificuldade de manutenção de adimplência e maior probabilidade de retorno à condição irregular após intervenções.

Adicionalmente, fatores como déficits de infraestrutura urbana e serviços públicos, baixa densidade de equipamentos sociais em determinadas áreas e limitações de acesso seguro para equipes operacionais reduzem a previsibilidade das inspeções e a capacidade de sustentação dos resultados no tempo.

Por essa razão, a redução estrutural das perdas não técnicas demanda uma abordagem integrada, combinando medidas técnicas e comerciais (qualificação da medição, telemedição em pontos críticos, ações de regularização e combate a fraudes, e gestão de reincidência) com articulação institucional e iniciativas de relacionamento comunitário, capazes de ampliar a adesão à regularização e reduzir a vulnerabilidade que alimenta a recorrência das irregularidades na concessão.

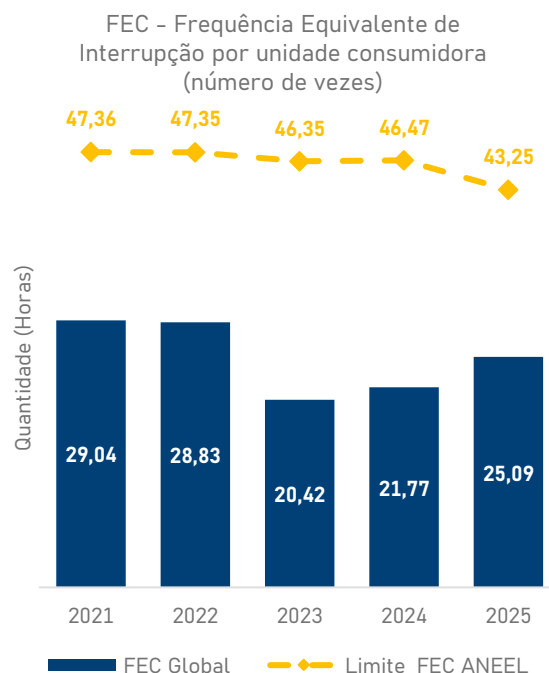
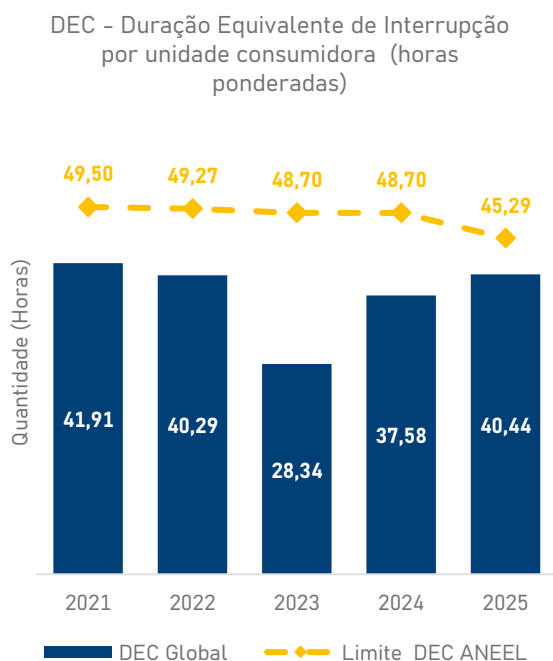
3.4 Indicadores de qualidade dos serviços de Distribuição - DEC e FEC

A qualidade dos serviços prestados é avaliada por meio de indicadores que monitoram o desempenho das distribuidoras quanto à continuidade do fornecimento de energia elétrica. O DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, mensura o número médio de horas em que os consumidores permaneceram sem energia elétrica no período. Já o FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, indica o número médio de vezes em que ocorreram interrupções no fornecimento para cada unidade consumidora.

Com base no DEC e no FEC, a ANEEL estabelece os parâmetros individuais de continuidade, Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora – DIC, Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora – FIC e Duração Máxima de Interrupção Contínua por Unidade Consumidora ou Ponto de Conexão – DMIC, que são informados mensalmente na fatura de energia elétrica dos consumidores.

A Amazonas Energia figura entre as distribuidoras brasileiras que atendem aos limites globais de continuidade definidos pela ANEEL, resultado dos investimentos em obras de expansão e do incremento das ações de manutenção periódica e preventiva. A seguir, apresentam-se os resultados dos indicadores DEC e FEC Global:

Gráficos 6 e 7: Desempenho Operacional do DEC & FEC de 2021 a 2025



Fonte: Amazonas Energia e Portal Aneel

Em 2025, os indicadores de qualidade do fornecimento de energia, DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, registraram aumento em relação a 2024, mantendo-se, contudo, dentro dos limites regulatórios estabelecidos.

O DEC apresentou um acréscimo de 2,86 horas na duração equivalente de interrupção, representando uma variação de cerca de 7,61% em comparação ao ano anterior. O FEC, por sua vez, aumentou cerca de 3,32 interrupções equivalentes, correspondendo a uma variação de 15,25%.

A elevação dos indicadores em 2025 está associada, principalmente, à redução dos expurgos aplicados a eventos classificados como emergência. Ainda assim, o desempenho permaneceu em conformidade com os limites regulatórios, refletindo o compromisso da Companhia com a qualidade, a continuidade e a confiabilidade do fornecimento. Os resultados também evidenciam a alocação eficiente dos recursos decorrentes da flexibilização regulatória, em aderência às obrigações do contrato de concessão e do edital.

Desde 2021, com a implementação de um novo sistema técnico e o aprimoramento da coleta e

apuração de dados, houve elevação inicial dos indicadores, decorrente do maior rigor e precisão das medições. Com a consolidação dessa base de dados mais consistente, a Companhia direcionou

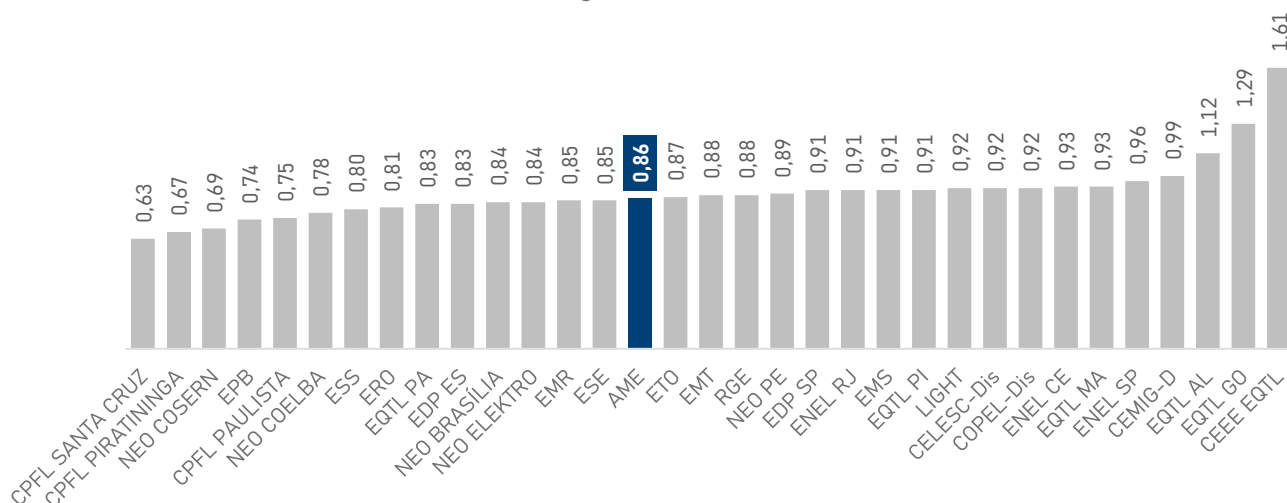
ações mais eficazes para reduzir falhas e aprimorar a performance, mantendo os indicadores de continuidade alinhados aos parâmetros regulatórios.

Ranking DEC/Limite (IDEC)

Gráfico 8: Ranking ANEEL do DEC das distribuidoras

15º Lugar

Ranking DEC/Limite (IDEC)



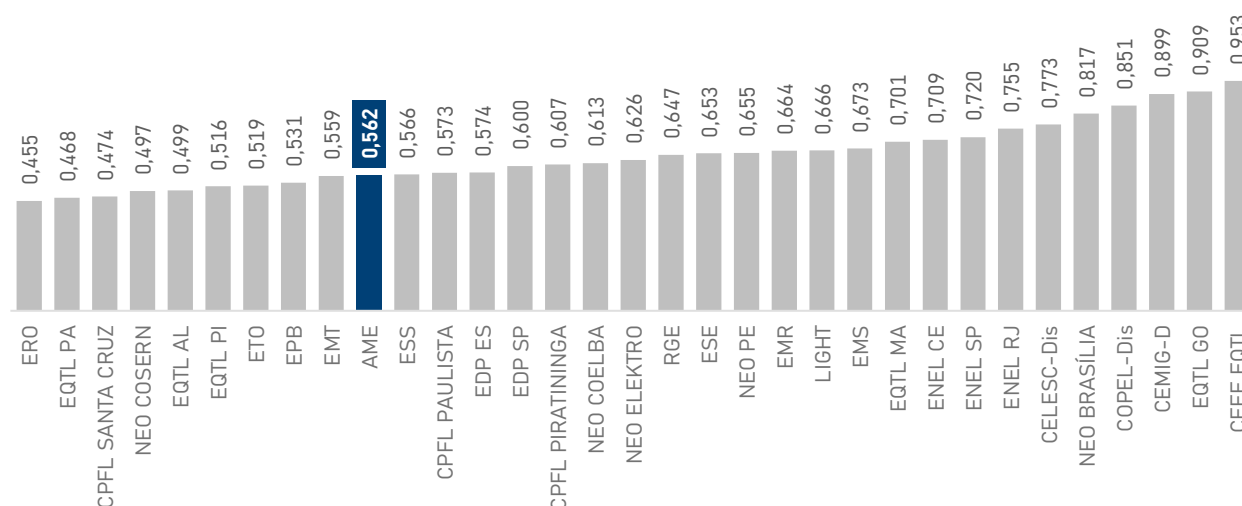
Fonte: Portal de Relatórios ANEEL

Ranking FEC/Limite (IFEC)

Gráfico 9: Ranking ANEEL do FEC das distribuidoras

10º Lugar

Ranking FEC/Limite (IFEC)



Fonte: Portal de Relatórios ANEEL

Nota: O valor em destaque refere-se à posição da Amazonas Energia no ranking do IDEC e IFEC.

Transgressão por conjunto elétrico (DEC e FEC)

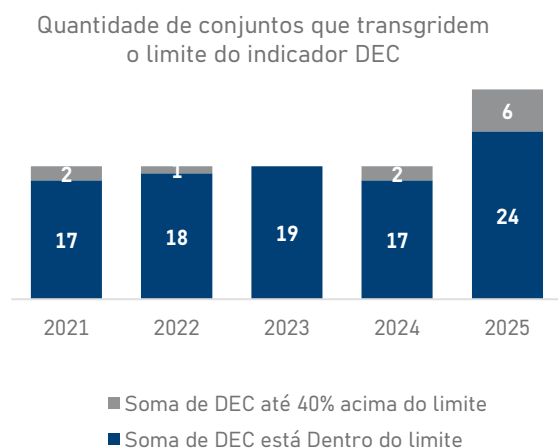
Em 2025, dos 30 conjuntos elétricos monitorados pelo indicador DEC, a Companhia encerrou o ano com 24 dentro dos limites regulatórios estabelecidos e 6 acima: Médio Solimões e Juruá, Rio Negro, Baixo Solimões, Coari, Rio Preto da Eva e Aparecida. Esse resultado corresponde a um índice de 80% de conformidade no atingimento dos limites definidos pela ANEEL.

Quanto ao indicador FEC, a Companhia encerrou o ano com 25 conjuntos elétricos dentro

dos limites regulatórios e 5 acima: Redenção, Flores, V8, Seringal Mirim e Aparecida. Esse desempenho resultou em um índice de 83,33% de conformidade no atingimento dos limites estabelecidos pela ANEEL.

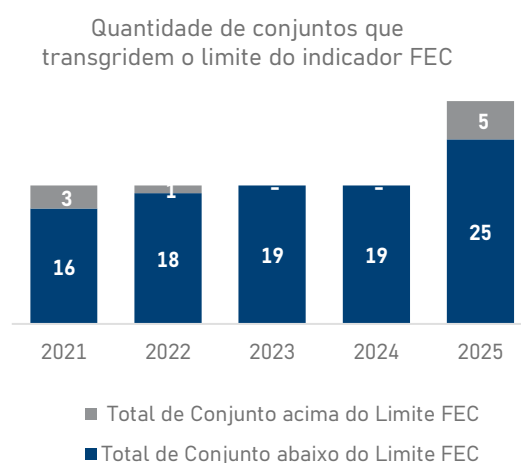
Para 2026, a Companhia enfrentará o desafio de aprimorar seu desempenho em relação aos limites regulatórios, demandando uma melhora estimada de 7,12% no indicador DEC e 6,70% no indicador FEC

Gráfico 10: Transgressão de conjuntos elétricos DEC



Fonte: Portal de Relatórios ANEEL

Gráfico 11: Transgressão de conjuntos elétricos FEC



Fonte: Portal de Relatórios ANEEL

3.5 Investimentos na Concessão

Em 2025 os investimentos totais aplicados foram R\$ 344.698 mil, valor 8,3% superior ao ano anterior. Esses investimentos destinam-se a novas subestações, linhas de distribuição de alta, média e baixa tensão, melhorias de fornecimento de energia elétrica. No acumulado de 2019 a 2025, os investimentos totalizam R\$ 3,3 bilhões.

Na tabela a seguir, apresentamos de forma comparativa os investimentos, com a abertura detalhada, destacando os investimentos relacionados à Base de Remuneração Regulatória (BRR) dos últimos dois anos e suas respectivas variações:

Tabela 15: Investimentos na distribuidora em 2025 e 2024.

Valores em R\$MM	2025	2024	% variação
Expansão	156.950	197.833	-20,7
Programa Luz Para Todos	-	19.385	0,0
Novas Ligações	10.883	2.525	331,0
Novas SE's e LD's	146.067	175.923	-17,0
Renovação de Ativos	77.536	22.790	240,2
Melhoria de Rede	42.039	46.302	-9,2
Perdas e Inadimplência	63.756	46.365	37,5
Outros	4.417	4.955	-10,9
(=) Investimento Bruto	344.698	318.245	8,3
SUBVENÇÕES	12.946	29.973	-56,8
(=) Investimento Líquido	331.752	288.272	15,1
Base de Anuidade Regulatória	4.417	4.955	-10,9
Base de Remuneração Regulatória	327.335	283.318	15,5

Fonte: Amazonas Energia

Abaixo apresentamos os principais investimentos realizados no ano de 2025:

- Implantação da subestação **SE Presidente Figueiredo**, com TR1 69/13,8kV – 26,6 MVA, saídas de 5 alimentadores;
- Implantação da subestação **SE Silves Dois**, com TR1 138/13,8kV – 7,5 MVA, saídas de 4 alimentadores;
- Implantação da subestação **SE Itapiranga**, com – TR1 e TR2 138/13,8kV – 15 MVA, saídas de 6 alimentadores;
- **Adequação de Rede** de MT/BT (baixa e média tensão) com extensão total 65,38 km;
- **Extensão de Rede** de MT/BT (baixa e média tensão) com Regularização de Consumidores da capital, total de 63,81km;
- **Instalação de equipamentos** para qualidade de energia: instalação de banco regulador de tensão (1 unidade instaladas), Instalação de religador automático (75 unidades instaladas), instalação de Banco de Capacitor (36 unidades instaladas);
- **Implantação da linha de distribuição** LD Presidente Figueiredo / Presidente Figueiredo Dois de 69kV, CS 1x954, MCM de 0,15km;
- **Implantação da linha de distribuição** LD Silves / Silves Dois 138kV, CS 1x477 MCM de 10km;
- **Implantação da linha de distribuição** LD Silves Dois / Itapiranga 138kV, CS 1x477, MCM de 18km;
- **Implantação da linha de distribuição** LD Jaraqui / Santo Antonio 138kV, CD 1x954, MCM de 7,4km;
- **Recondutoramento de Rede** de MT – Média Tensão (Novos Alimentadores), totalizando 0,13km;
- **Extensão de Rede** de MT – Média Tensão (Novos Alimentadores), totalizando 0,48km adicionados;
- 3.190 **Consumidores Regularizados** no ano de 2025;
- 198 **Subestações Particulares** Interligadas no ano de 2025;
- 861 **Projetos Analisados** de subestações e redes;
- 5.095 **Projetos Analisados** de Geração Distribuída.

3.5.1 Universalização da energia

Programa de Eletrificação Rural

A universalização do serviço público de energia elétrica, prevista constitucionalmente (art. 23, X), é operacionalizada principalmente pelo Programa Luz para Todos, prorrogado até 2026

(Decreto nº 11.111/2022) e ampliado pelo Decreto nº 11.628/2023, com diretriz de priorização de soluções fotovoltaicas individuais em áreas remotas e horizonte de universalização até 2028. No Amazonas, o programa está em execução desde 2004 e já viabilizou 156.581 ligações, com

31,78 mil km de rede (incluindo 182 km submersos), 1,87 mil km de reforço e 4.458 atendimentos por SIGFI 80.

Em 2025, não houve investimentos ou novas ligações no âmbito do programa, devido à não formalização/homologação dos contratos de financiamento durante a transição acionária, o que impediu o repasse de recursos da CDE. Assim, as metas previstas para 2025 foram postergadas para 2026, com repactuação dos Termos de Compromisso junto à ANEEL, preservando a aderência regulatória e o compromisso com a universalização no Estado.

3.5.2 Manutenção da Rede de Distribuição

Imagem 2: serviços de podas de árvores, substituição de postes e substituição de rede na área de concessão em 2025.



Fonte: Amazonas Energia

Em 2025, a Companhia intensificou seu plano de manutenção de redes de média e baixa tensão, ampliando as inspeções preventivas e priorizando a execução de intervenções programadas com foco na redução de falhas, mitigação de desligamentos não programados e melhoria dos indicadores de continuidade do fornecimento. A estratégia adotada baseou-se no emprego de equipes itinerantes em todas as regiões do Estado do Amazonas, ampliando o alcance operacional e garantindo diagnósticos mais precisos das condições da rede.

As ações e projetos que integraram o plano de manutenção do período compreenderam:

1. Inspeções visuais e técnicas cíclicas em alimentadores de 13,8 kV, incluindo circuitos de chaves, transformadores, religadores reincidentes e demais equipamentos com histórico de anomalias, permitindo constante atualização dos planos de manutenção;

2. Substituição de ativos degradados, dentre eles cruzetas, para-raios, postes, transformadores, chaves CUC e CPF, cabos multiplexados quadruplex em baixa tensão e cabos do tipo Space Wire em média tensão, eliminando focos potenciais de falhas e reforçando a integridade da infraestrutura;
3. Poda de vegetação, limpeza de faixa, instalação de defensas e realização de desligamentos programados para manutenção em áreas rurais, reduzindo riscos decorrentes das condições ambientais e das características da vegetação amazônica;
4. Execução de melhorias e extensões de rede em áreas urbanas e rurais, em níveis de média e baixa tensão, ampliando a capacidade de atendimento e a qualidade do fornecimento;
5. Obras de reforço, modernização e expansão da infraestrutura, direcionadas a pontos críticos do sistema, com foco na mitigação de reincidências e na robustez operacional.

As ações desenvolvidas no plano de manutenção foram direcionadas à otimização dos indicadores operativos do sistema elétrico, atuando tanto na eliminação de defeitos quanto na prevenção de anomalias. A Companhia ampliou o uso de tecnologias de monitoramento e diagnóstico preditivo, aumentando a capacidade de identificação antecipada de irregularidades e evitando ocorrências intempestivas.

Essas iniciativas contribuíram para a redução dos desligamentos inesperados e a melhoria dos indicadores de qualidade (DRP/DRC) e continuidade (DEC/FEC), garantindo conformidade com os requisitos estabelecidos pelo PRODIST e pelas normas da ANEEL. Os serviços executados também atuaram de forma preventiva na correção de níveis de tensão, prevenção de queima de transformadores e redução de perdas técnicas e não técnicas, agindo diretamente sobre causas-raiz de interrupções na área de concessão.

Adicionalmente, ao longo de 2025, foram executados lançamentos de condutores em travessias subaquáticas, totalizando 17.279 km de cabos instalados nos municípios de Manicoré, Anori, Jutáí, Uarini e Manacapuru, reforçando a infraestrutura em áreas de difícil acesso e assegurando maior confiabilidade ao sistema elétrico em regiões ribeirinhas.

Tabela 16: Ações de manutenção realizadas em 2025

Manutenção da rede de Distribuição	
95176	Podas de árvores em média e baixa tensão
52,92 km	Redes de baixa tensão substituídas
81,41 km	Redes de média tensão substituídas
2561	Equipamentos de proteção na média tensão (chaves porta fusível) para mitigar os índices de interrupções na rede de distribuição
3939 km	Limpeza de faixas em áreas rurais em média e baixa tensão em quilômetros
104,71	Melhorias/adequações de circuitos de média e baixa tensão, para regularização de clandestinos e manutenções
66,52 km	Manutenção e melhorias de menor porte em rede de baixa tensão e redes de média tensão
48	Instalações de equipamentos de qualidade de energia e proteção como religadores monofásicos, trifásicos e bancos capacitores
5634	Serviços de manutenção preventiva em linha viva
117,18 km	Extensão de rede em média tensão e baixa tensão, possibilitando melhorias operativas e de qualidade do produto

3.6 Atendimento ao Cliente

Em 2025, a Amazonas Energia reforçou ações para melhorar o atendimento ao cliente, elevando o desempenho dos indicadores regulatórios e a experiência do consumidor. Houve aprimoramento do monitoramento e da gestão de prazos, com maior integração às áreas operacionais, acompanhamento diário das demandas e avaliação contínua de satisfação, resultando em melhor cumprimento dos prazos e indicadores de qualidade.

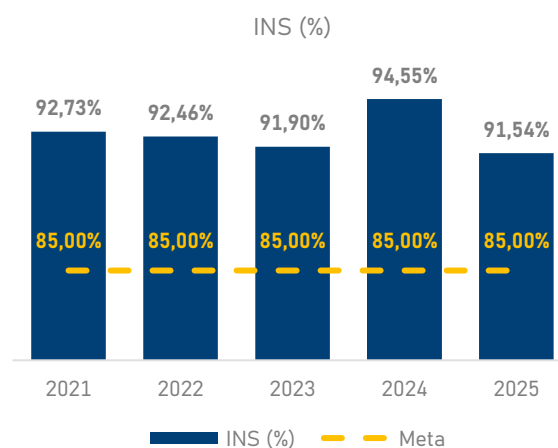
Paralelamente, a Companhia expandiu e evoluiu os canais digitais, incorporando à agência virtual e ao aplicativo serviços antes presenciais e ampliando a integração com o sistema comercial, o que aumentou a agilidade, a usabilidade e a eficiência do atendimento.

Indicadores de Teleatendimento

Em 2025, a Amazonas Energia realizou 591.910 teleatendimentos pela central 0800, monitorando a qualidade por meio dos indicadores INS, IAb e ICO. O desempenho foi satisfatório, com INS de 91,54% (chamadas atendidas em até 30 segundos), acima da meta regulatória ($\geq 85\%$), e resultados de IAb e ICO indicando boa capacidade

de atendimento, com baixa desistência e mínimo congestionamento de chamadas.

Gráfico 12: INS Índice de Nível de Serviço

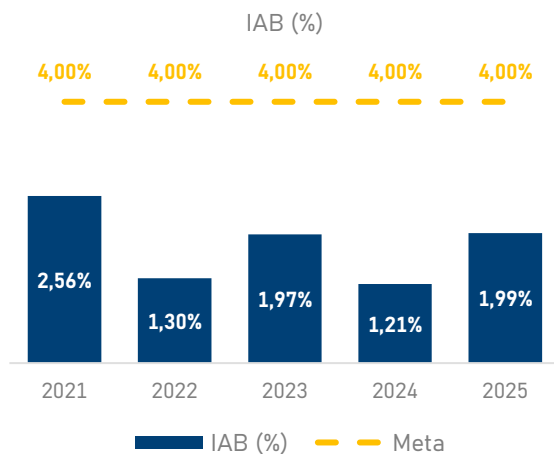


Fonte: Portal Relatórios Aneel

Em 2025, o IAb foi de 1,99%, permanecendo dentro do limite regulatório ($\leq 4\%$). O resultado indica baixa desistência e tempo de espera controlado, refletindo a capacidade da

central em absorver a demanda com apoio de melhorias de processos, equipes e gestão.

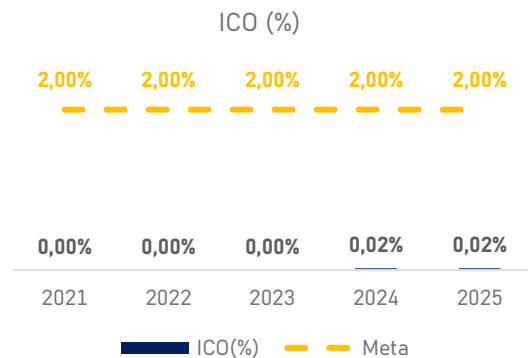
Gráfico 13: IAb – Índice de Abandono



Fonte: Portal Relatórios Aneel

Em 2025, o ICO foi de 0,02%, muito abaixo da meta regulatória ($\leq 2\%$), evidenciando alta disponibilidade da central 0800 e mínimo congestionamento, em função de melhorias de processos, tecnologia e gestão da demanda.

Gráfico 14: ICO – Índice de Chamadas Ocupadas



Fonte: Portal Relatórios Aneel

3.7 Atendimento aos Serviços Comerciais

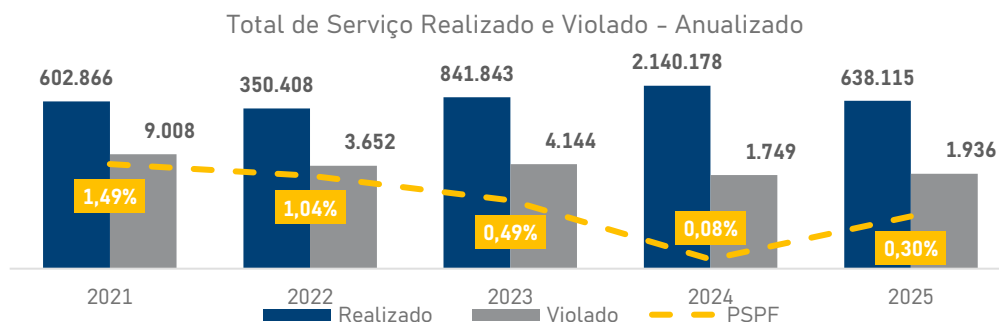
O desempenho das concessionárias de distribuição também é acompanhado pelo percentual de serviços comerciais executados fora do prazo, indicador que reflete a qualidade do atendimento ao consumidor e o grau de aderência às obrigações regulatórias.

Em 2025, a Companhia registrou 0,30% de serviços realizados fora do prazo, mantendo-se abaixo do limite regulatório e evidenciando eficiência na execução das demandas comerciais, mesmo em um contexto de maior volume de

solicitações e necessidade de integração entre as áreas comercial e operacional.

Adicionalmente, desde 2019 observa-se redução consistente do número de violações, associada à melhoria contínua dos processos, ao fortalecimento do monitoramento de prazos e à padronização das rotinas de atendimento. Esse desempenho reafirma o compromisso da Companhia com a prestação de um serviço tempestivo, eficaz e em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela ANEEL.

Gráfico 15: Total de Serviço Realizado e Violado – Anualizado



Fonte: Portal de Relatórios ANEEL / Amazonas Energia

3.8 Ouvidoria e Quantidade de reclamações totais – QRT

A Ouvidoria da Amazonas Energia atua como um canal de comunicação entre o consumidor e a Companhia, realizando a análise das reclamações não atendidas ou que não foram resolvidas de forma satisfatória por meio do 1º nível de atendimento, via número 0800 701 3001 ou atendimento presencial. Em 2025 foram registradas 4.297 manifestações de 2º nível (Ouvidoria), conforme quantitativo informado na tabela abaixo:

Tabela 17: Manifestação de 2º Nível

Tipo de Manifestação	Quantidade
Reclamação	3.170
Informação	1021
Denúncia	88
Elogio	14
Sugestão	4
Total	4.297

Fonte: Amazonas Energia/OUV

Do total de 3.170 reclamações, 842 (27%) foram encerradas como procedentes e 2.328 (73%) como improcedentes. As principais reclamações registradas foram sobre as tipologias: leitura/faturamento (32%); qualidade da prestação do serviço (16%); procedimento irregular (14%); e geração distribuída (6%).

Em 2025, foram registradas 678 manifestações de 3º nível, as quais foram encaminhadas através da ANEEL, conforme quantitativo informado na tabela abaixo:

Tabela 18: Manifestação de 3º Nível

Tipo de Manifestação	Quantidade
Reclamação	641
Informação	37
Total	678

Fonte: Elaboração Própria/OUV

Do total de 641 reclamações, foram encerradas 634 reclamações, onde 327 (51%) foram encerradas como procedentes e 307 (48%) como improcedentes e 07 reclamações ainda estão em análise pela agência reguladora – ANEEL (Dado em 26/01/2026). As principais reclamações registradas foram sobre as tipologias: qualidade do fornecimento (55%); faturamento (22%) e cobranças (13%).

As reclamações recebidas são analisadas para ajudar no planejamento de ações e ajustes nos procedimentos, visando melhorar a qualidade

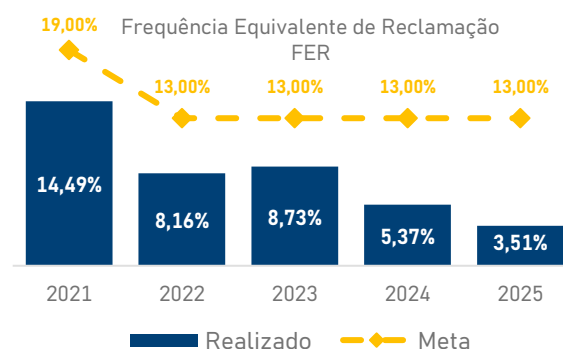
dos serviços e a satisfação dos clientes. A Quantidade de Reclamações por Tipologia (QRT) na ANEEL é utilizada como ferramenta de gestão para definir metas de redução de reclamações e resolver problemas. Em 2025, o QRT foi de 4,50, representando uma redução de 22% reclamações a cada 10.000 unidades consumidoras em relação ao ano de 2024 (QRT = 5,77). Este resultado reflete o compromisso da empresa em melhorar continuamente o atendimento ao cliente.

Tratamento das Reclamações

O desempenho das concessionárias de energia elétrica também é avaliado pelo número de reclamações procedentes registradas nos órgãos de defesa do consumidor, parâmetro utilizado para mensurar a qualidade do serviço prestado e o nível de aderência às normas regulatórias aplicáveis. Para a Amazonas Energia, a meta estabelecida corresponde a até 13 reclamações procedentes por grupo de 1.000 clientes.

O comportamento histórico desse indicador evidencia uma melhoria contínua e consistente ao longo dos últimos sete anos, refletindo avanços estruturais na gestão do atendimento, na integração entre as áreas comerciais e operacionais e na ampliação dos serviços digitais disponibilizados aos consumidores. O gráfico a seguir ilustra essa trajetória positiva, demonstrando a capacidade da Companhia de reduzir, progressivamente, o volume de reclamações procedentes e elevar o padrão de qualidade do atendimento prestado à população demonstrando a capacidade da Companhia de reduzir, progressivamente, o volume de reclamações procedentes e elevar o padrão de qualidade do atendimento prestado à população.

Gráfico 16 FER



Fonte: Portal Relatórios ANEEL

3.9 Arrecadação e Inadimplência

Em dezembro de 2025, a TAF foi de 88,97%, resultado acima do realizado no ano de 2024, quando atingiu 88,30%.

A Companhia adota um conjunto de instrumentos de gestão e recuperação de créditos com o objetivo de conter a evolução da inadimplência, incluindo: (i) notificações de débito e lembretes de vencimento por canais digitais (SMS e e-mail) e meios formais (carta de

cobrança); (ii) medidas extrajudiciais de cobrança, como o protesto de títulos, quando aplicável; e (iii) suspensão do fornecimento como medida de última instância, observados os requisitos e procedimentos previstos na regulamentação vigente.

A tabela abaixo representa o resultado do ano e o comportamento em relação ao período anterior:

Tabela 19: TAF

Taxa de Arrecadação Financeira – TAF*			
Classe de Consumo	2025	2024	Variação 25/24
Setor Privado	92,28%	90,60%	+ 0,0 p.p
Residencial – Convencional	90,67%	89,40%	+ 0,0 p.p
Residencial – Baixa Renda	81,01%	77,10%	+ 0,0 p.p
Industrial	92,67%	91,60%	+ 0,0 p.p
Comercial	95,57%	93,70%	+ 0,0 p.p
Rural	84,91%	84,90%	+ 0,0 p.p
Suprimento	100,00%	100,00%	+ 0,0 p.p
Consumidores Livres	99,83%	99,50%	+ 0,0 p.p
Setor Público	67,99%	70,60%	- 0,0 p.p
Poder Público – Federal	61,63%	99,90%	- 0,4 p.p
Poder Público – Estadual	64,76%	51,80%	+ 0,1 p.p
Poder Público – Municipal	75,98%	86,80%	- 0,1 p.p
Iluminação Pública	92,22%	89,00%	+ 0,0 p.p
Serviço Público	37,39%	31,90%	+ 0,1 p.p
TAF Total	88,97%	88,30%	+ 0,0 p.p

Fonte: Amazonas Energia

Nota: TAF = Arrecadação no Período de Referência/Faturamento com Vencimento no Período de Referência

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO



2025

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do exercício, comparados com o ano anterior:

Tabela 20: Dados Econômico – Financeiro

R\$ Milhares	2025	2024	Dif.	%
Receita Operacional Bruta	5.896.984	5.959.225	(62.241)	-1,0
Receita Operacional Líquida	5.163.037	5.173.612	(10.575)	-0,2
Receita Operacional líquida (sem rec. Construção)	4.929.751	4.871.337	58.414	1,2
Custo com Energia Elétrica	3.568.253	3.344.306	223.947	6,7
PMSO, Previdência e PDD	1.014.267	1.024.306	(10.039)	-1,0
EBIT	343.438	393.129	(49.691)	-12,6
EBITDA	425.185	510.457	(85.272)	-16,7
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	8,24%	9,87%	-1,6 p.p	
Margem Líquida (LL/ROL)	-39,0%	-34,3%	-4,7 p.p	
Resultado Financeiro	(2.356.292)	(2.170.248)	186.044	+8,6
Ativo Total	8.217.859	8.699.858	(481.999)	-5,5
Imobilizado	71.863	84.178	(12.315)	-14,6
Patrimônio Líquido	(9.523.078)	(7.509.948)	(2.013.130)	26,8
Prejuízo Líquido	(2.012.854)	(1.772.459)	240.394	13,6

Fonte: Demonstrações Contábeis 2025 – Amazonas Energia

4.1 Receita Operacional Líquida – ROL

Tabela 21: Receita Operacional

R\$ Milhares	2025	2024	Dif.	%
Fornecimento de energia elétrica (a)	4.476.830	4.594.248	-117.418	-2,6
Disponibilidade da rede elétrica – TUSD (b)	560.995	541.843	19.152	3,5
Ativos e passivos regulatórios (c)	347.710	117.185	230.525	196,7
Outras Receitas (d)	278.162	403.674	-125.512	-31,1
Receita Operacional Bruta	5.663.697	5.656.950	6.747	0,1
Deduções a receita operacional (e)	(733.946)	(785.613)	51.667	-6,6
Receita Operacional Líquida*	4.929.751	4.871.337	58.414	1,2

*sem Receita de Construção

Fonte: Demonstrações Contábeis 2025 – Amazonas Energia – Nota Explicativa 30

Em 2025, a **Receita Operacional Líquida** totalizou R\$ 4.929.751 mil, ante R\$ 4.871.337 mil em 2024, representando crescimento de R\$ 58.414 mil (+1,2%). A evolução decorreu, principalmente, da expansão de Ativos e passivos regulatórios, do aumento da receita de disponibilidade da rede (TUSD) e da redução das deduções sobre a receita, que compensaram a retração do fornecimento de energia elétrica.

- (a) O **Fornecimento de energia elétrica** recuou R\$ 117.418 (-2,6%), a queda incorpora: (i) redução de volume faturado no cativo (5.109 → 4.882 GWh; -4,4%) ao passo que o mercado livre avançou (2.670 → 2.886 GWh; +8,1%), indicando um movimento compatível com um cenário de migração de mercado, (ii) efeito tarifário médio

negativo (RTA) de -1,35% com incidência parcial ao longo do ano (homologado em maio). Além disso, a comparação interanual é influenciada por efeito climático, uma vez que, em 2024, a área de concessão esteve exposta aos impactos da seca severa na região, condição que usualmente eleva a demanda por energia, especialmente pela maior utilização de cargas de refrigeração e climatização, contribuindo para um patamar de consumo e faturamento relativamente mais alto naquele exercício.

- (b) A **Disponibilidade da rede elétrica – TUSD** totalizou R\$ 560.995 mil em 2025, ante R\$ 541.843 mil em 2024, com crescimento de R\$ 19.152 mil (+3,5%), coerente com a

expansão do mercado livre, além do retorno da incidência do ICMS sobre a TUSD.

(c) A redução no Fornecimento de energia elétrica foi compensada pelo avanço da receita regulatória em Ativos e passivos regulatórios (+R\$ 230.525; +196,7%), que se consolidou como o principal vetor da ponte e indica maior reconhecimento de itens regulatórios no período (ativos/passivos regulatórios e componentes financeiros associados ao ciclo tarifário), reforçando que a dinâmica da receita em 2025 foi mais influenciada por mecanismos de recomposição do que apenas por crescimento orgânico do faturamento de fornecimento.

(d) Outras Receitas, observou-se redução de 31,1% (R\$ 125.512 mil) em 2025, explicada principalmente pela alteração de apresentação dos valores associados aos custos operacionais flexibilizados. Em 2024, foi reconhecido em Outras Receitas o montante de R\$ 153.401 mil, homologado pela ANEEL por meio do Despacho nº 2.494/2024. Já em 2025, houve o reconhecimento desses efeitos, porém alocado na rubrica de "Flexibilizações" (custo de operação – NE 31.1), reduzindo o saldo apresentado em Outras Receitas por classificação para a linha de custos correspondente.

(e) As deduções à receita operacional apresentaram um decréscimo de R\$ 51.667 mil (-6,6%). Os **Impostos e Contribuições** reduziram R\$ 101.760 mil (-27,8%), gerando efeito líquido positivo, refletindo a redução da base de incidência de PIS/COFINS em operações vinculadas à Zona Franca de Manaus – ZFM, em consonância com o entendimento firmado pelo STJ, sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.239), que consolidou a não incidência de PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes da venda de mercadorias e da prestação de serviços realizadas no âmbito da ZFM, para pessoas físicas ou jurídicas.

Por outro lado, os **Encargos Setoriais** registraram aumento de R\$ 50.093 mil (+12,0%), explicado pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que apresentou crescimento de R\$ 55.087 mil (+15,3%). No mesmo período, o Programa de Eficiência Energética (PEE) elevou-se em R\$ 4.119 mil (+20,1%), enquanto as parcelas de P&D reduziram R\$ 8.581 mil (-25,8%) e a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) recuou R\$ 532 mil (-13,4%). O incremento da CDE reflete, a recalibração regulatória das quotas homologadas para o ciclo e a elevação das necessidades de custeio dos subsídios e demais políticas públicas setoriais, com impacto direto no reconhecimento do encargo no período.

A receita operacional está detalhada na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 30

4.2 Custos não gerenciáveis – Parcela A

Tabela 22: Custos com Energia Elétrica

R\$ Milhares	2025	2024	Dif.	%
Compra de Energia (a)	6.812.802	6.812.397	405	-0,0
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (b)	324.208	342.958	(18.750)	-5,5
Comercialização de Energia Elétrica – curto prazo (c)	475.551	446.774	28.777	6,4
Aluguel de Grupos Geradores (d)	48.705	45.739	2.966	6,5
Proinfa (e)	92.005	71.760	20.245	28,2
Combustível p/produção de Energia Elétrica (d)	185.465	204.164	(18.699)	-9,2
(-) Flexibilização dos parâmetros tarifários (f)	(1.103.214)	(257.570)	(845.644)	328,3
(-) Recuperação de despesa CCC (g)	(3.267.269)	(4.218.748)	951.479	-22,6
Custo com energia Elétrica	3.568.253	3.447.474	120.779	3,5

Fonte: Demonstrações Contábeis 2025 – Amazonas Energia – Nota Explicativa 31

Em 2025, os custos não gerenciáveis foram de R\$ 3.568.253 mil (R\$ 3.447.474 mil em 2024) aumento de 3,5%. Destacamos na variação os seguintes:

- (a) A **Compra de Energia**, permaneceu estável com variação líquida de +R\$ 405 mil (+0,01%), apesar da significativa recomposição do portfólio.

A estabilidade decorreu, principalmente, da redução de contratos bilaterais CCVE – Eletronorte (-R\$ 1.165.591 mil; -63,95%), compensada por aumentos em CCES – Sistema Isolado (+R\$ 331.915 mil; +10,50%), CCEAR-Q (+R\$ 270.032 mil; +62,21%), ICMS-ST (+R\$ 127.606 mil; +32,01%) e Encargo de Energia de Reserva (+R\$ 58.312 mil; +36,72%). Esse movimento sinaliza maior peso de parcelas mais sensíveis a condições operativas e à exposição em função da volatilidade do preço do PLD.

Em razão da redução do montante de suprimento na rubrica CCVE-Eletronorte (450 MW médios), houve necessidade de recomposição do lastro e a Companhia passou a atender a demanda remanescente de 194 MW médios por meio de contratação no 32º Leilão de Energia Existente (A-1) a R\$ 162,24/MWh, refletida no aumento da rubrica CCEAR-Q, cujos preços se mostraram mais competitivos para o mercado do Amazonas, contribuindo para a redução do custo unitário e a mitigação de pressões tarifárias.

- (b) **Encargos de Uso do Sistema de Transmissão** com redução de R\$ 18.750 mil (-5,5%). A queda é consistente com o ambiente regulatório do ciclo 2024-2025, no qual a ANEEL aprovou redução de 2,66% na RAP do sistema de transmissão e indicou redução de 12,7% na TUST-RB média do segmento consumo (vigência de 01/07/2024 a 30/06/2025), reduzindo o custo unitário de transporte apropriado pelas distribuidoras; no caso da Amazonas Energia, a própria ANEEL destacou que o RTA/2025 foi impactado pela queda nos custos de aquisição e transporte de energia.

- (c) A **Comercialização de Energia – curto prazo** aumentou R\$ 28.777 (+6,4%), principalmente pelo maior custo no Sumário de Liquidação ao PLD, com maior

incidência de encargos, efeitos de CCEAR e risco hidrológico.

- (d) Os custos com **Aluguel de Grupos Geradores** (R\$ 2.966 mil; 6,5% e combustível p/produção de energia elétrica (R\$ 18.699 mil; - 9,2%) refletem a transformação operacional da companhia passando de um modelo em que era geradora de energia no SISOL para uma estrutura em que adquire energia de produtores independentes de energia. Em 2025, os municípios de Itapiranga e Silves se interligaram ao SIN.
- (e) Os custos com **Proinfa** apresentaram variação de +R\$ 20.245 mil (+28,2%), refletindo principalmente o reajuste regulatório das quotas do programa: para 2025, a ANEEL aprovou elevação de 22,82% no montante de custeio (para R\$ 6,161 bilhões) e aumento do custo médio para R\$ 543,56/MWh (vs. R\$ 447,83/MWh em 2024), o que eleva automaticamente o valor rateado e reconhecido pela distribuidora; variações adicionais podem decorrer de mudanças na base de consumo e no perfil do mercado (ex.: migração para livre) ao longo do exercício.
- (f) A **Flexibilização dos parâmetros tarifários** apresentou variação de R\$ 845.644 mil (+328,3%) em 2025, refletindo a recomposição financeira necessária para mitigar déficits acumulados associados, a perdas não técnicas e receitas irrecuperáveis, conforme o arcabouço estabelecido pela MP nº 1.232/2024. Ressalta-se que 2025 corresponde ao primeiro exercício completo de aplicação das flexibilizações, razão pela qual o impacto é significativamente superior ao observado em 2024, quando os efeitos ocorreram de forma parcial (out a dez), em função do início de vigência e da operacionalização gradual do mecanismo.
- (g) A **recuperação de despesas CCC** com redução de R\$ 951.479 mil (-22,55%). A variação decorreu, principalmente, da menor compra de energia elétrica recuperável (-R\$ 1.106.496 mil; -21,09%) e da expressiva redução da rubrica de sobrecontratação (-R\$ 329.125 mil; - 85,23%), conforme explicitado no item (a). Parcialmente compensadas pela menor dedução de (-) Custo do ACR (+R\$ 367.489 mil) e pela redução do impacto de PIS/COFINS sobre a recuperação (+R\$

133.107 mil). Adicionalmente, houve registro não recorrente de Custos Manacapuru/Iranduba (Despacho ANEEL

1500/2025) de R\$ 73.709 mil e reversões não recorrentes associadas à MP nº 1.232/2024 no montante de -R\$ 92.839 mil.

4.3 Custos e despesas gerenciáveis – Parcela B

Tabela 23: Custos e despesas gerenciáveis – Parcela B

R\$ Mil	2025	2024	Dif.	%
PMSO	929.482	777.619	151.863	19,5
Pessoal e Administradores (a)	177.418	168.435	8.983	5,3
Material (b)	20.129	12.937	7.192	55,6
Serviço de terceiros (c)	537.730	475.679	62.051	13,0
Outros (d)	194.205	120.568	73.637	61,1
(-) Flexibilizações (e)	(416.474)	(103.168)	(313.306)	303,7
Provisões operacionais	501.259	246.688	254.571	103,2
PCLD (f)	347.056	341.784	5.272	1,5
Contingências (g)	154.203	(95.096)	249.299	-262,2
Depreciação e Amortização (h)	81.747	117.328	(35.581)	-30,3
Ajuste a Valor Justo – Ativos Concessão (i)	(77.954)	(7.733)	(70.221)	908,1
Custos e despesas gerenciáveis – Parcela B	1.018.060	1.030.734	(12.674)	-1,2

Fonte: Demonstrações Contábeis 2025 – Amazonas Energia

Em 2025, os custos e despesas gerenciáveis, sem custo de construção, produziram um montante de R\$ 1.018.060 mil, evidenciando uma redução de R\$ 12.674 mil, -1,2%, refletindo a variação entre os diferentes componentes operacionais, a seguir:

- (a) Os gastos com **pessoal e administradores** aumentou de R\$ 8.983 (+5,3%), explicado, principalmente, pela recomposição salarial aplicada no período com base na variação do IPCA, refletindo a correção inflacionária sobre a folha e encargos correlatos.
- (b) A rubrica **Material** apresentou aumento de R\$ 7.192 (+55,6%), refletindo, principalmente, o consumo de materiais vinculados à manutenção da rede de distribuição. A elevação está associada à execução de serviços de roçagem e podagem de vegetação com interferência na rede, demandando utilização adicional de insumos para restabelecimento e prevenção de ocorrências, em linha com ações operacionais necessárias para melhoria da continuidade e qualidade do fornecimento.
- (c) Em **Serviços de terceiros**, aumento de R\$ 62.051 (+13,0%), principalmente pela intensificação de serviços operacionais (ações ambientais/monitoramento, corte e religação, linha viva, roçagem e podagem e inspeções) voltados à melhoria dos indicadores de qualidade e continuidade,

além de reajustes/correção financeira dos contratos. Houve, ainda, impacto de serviços advocatícios e consultorias jurídicas, necessários para sustentar tecnicamente as frentes regulatórias e judiciais relacionadas às medidas excepcionais de flexibilização adotadas em 2025 para preservação da continuidade do serviço e suporte financeiro de curto prazo.

- (d) A rubrica **Outros** aumentou R\$ 73.637 mil (+61,1%), principalmente por ajustes contábeis não recorrentes. Após revisão criteriosa de saldos de ativos e passivos para avaliar recuperabilidade e realização econômica foi identificado valores sem perspectiva razoável de realização/liquidação. Nesse sentido, a Companhia reconheceu perdas de R\$ 83.759 mil, ajuste sem efeito imediato de caixa, mas com impacto no resultado para maior transparência e aderência às normas contábeis.
- (e) A **Flexibilização** dos parâmetros tarifários apresentou variação de R\$ 313.306 mil (+303,7%), refletindo a recomposição econômico-financeira destinada a mitigar déficits acumulados associados a Custos Operacionais e Fator X, nos termos do arcabouço instituído pela MP nº 1.232/2024. Destaca-se que 2025 corresponde ao primeiro exercício completo de aplicação do mecanismo, motivo pelo qual o impacto foi

substancialmente superior ao de 2024, quando os efeitos ocorreram apenas de forma parcial, em razão do início de vigência e da implementação gradual das flexibilizações.

(f) A PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa) apresentou aumento de R\$ 5.272 (+1,5%), refletindo principalmente a movimentação da perda estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa no período. No exercício, destaca-se a baixa de créditos por decisão judicial no montante de R\$ 38.000 mil, registrada em Perdas com clientes, contribuindo para a variação observada.

(g) A rubrica Contingências apresentou variação de R\$ 249.299, decorrente, principalmente, de efeito de base relacionado a evento registrado em 2024.

Em maio/2024, amparada em parecer jurídico, a Companhia realizou reversão de R\$ 213.203 mil contingência provável no processo ICMS sobre perdas, fundamentada, entre outros pontos, no entendimento de que (i) as perdas regulatórias já estariam contidas na tarifa e tributadas, (ii) a exigência do estorno relativo à aquisição de combustível passou a ocorrer apenas a partir de 2016, e (iii) havia questionamentos quanto à competência legal do emitente do auto de infração. Em 2025, não houve reversão equivalente, o que elevou o saldo líquido de contingências no comparativo anual. Adicionalmente, as provisões do exercício contemplam, sobretudo, ações de reequilíbrio e glosas contratuais, e as reversões cíveis refletem a evolução processual (mudança de risco, acordos e encerramentos).

(h) Variação em depreciação e amortização decorrente, principalmente, do processo de unitização em decorrência da entrada em operação de novos ativos.

(i) O Ajuste a Valor Justo – Ativos Concessão apresentou variação de R\$ (70.221) (+908,1%). O movimento decorre da avaliação da recuperabilidade dos ativos vinculados à concessão (ativos financeiros e intangíveis), realizada mediante comparação entre o valor contábil e a Base de Remuneração Regulatória (BRR) definida pela ANEEL no âmbito da Revisão Tarifária Ordinária (Nota Técnica nº 078/2024-SFF/ANEEL, de 14/05/2024). Para 2025, a BRR foi atualizada e ajustada pelas movimentações ocorridas entre jun/2024 e dez/2025 (adições e baixas), resultando em valor regulatório (BRR ajustada) superior ao valor contábil. Diante disso, a Companhia reconheceu o ajuste de valor justo para alinhar os ativos ao valor de referência regulatória e à melhor estimativa de recuperação, com efeito predominantemente contábil.

4.4 EBITDA

A movimentação EBITDA, é calculada de acordo com a Resolução CVM 156/22, conforme demonstrado na tabela abaixo:

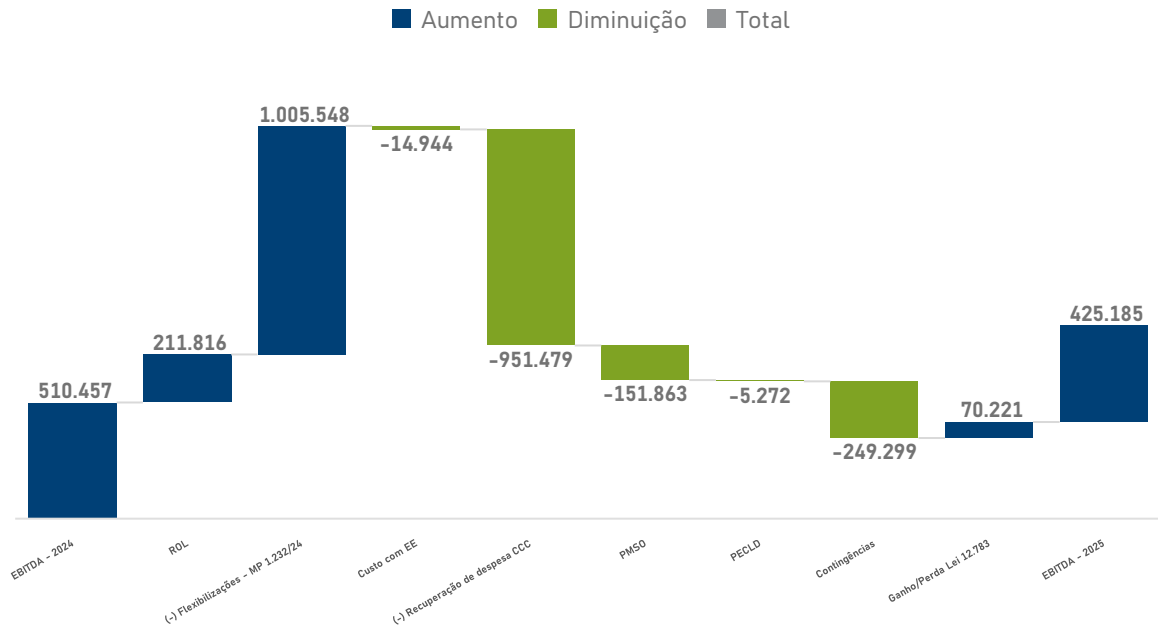
R\$ Mil	2025	2024	Dif.	%
Prejuízo Líquido	(2.012.854)	(1.772.459)	(240.394)	13,6
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	-	(4.660)	4.660	-100,0
Resultado Financeiro	2.356.292	2.170.248	186.044	8,6
Depreciação & Amortização	81.747	117.328	(35.581)	-30,3
EBIT	343.438	393.129	(49.691)	-12,6
EBITDA	425.185	510.457	(85.272)	-16,7

Fonte: Demonstrações Contábeis 2025 - Amazonas Energia

Em 2025, o EBITDA foi positivo em R\$ 425.185 mil, indicando que a empresa gerou lucros operacionais antes da consideração de juros, impostos, depreciação e amortização. Em 2024, o EBITDA foi positivo, atingindo R\$ 510.457 mil. Isso

representa uma melhora de R\$ 85.272 mil, ou 16,7% em relação ao ano anterior. No gráfico apresentamos a evolução do EBITDA entre os anos de 2024 e 2025, destacando os principais fatores que impactaram o desempenho operacional da empresa:

Gráfico 17: Evolução EBITDA



Fonte: Demonstrações Contábeis 2025 - Amazonas Energia

IMPACTOS POSITIVOS (AUMENTOS)

- **ROL: +R\$ 211.816 mil**
Melhora líquida, refletindo a recomposição financeira (ativos e passivos regulatórios) e redução da base de incidência de PIS/COFINS.
- **Flexibilizações - MP: +R\$ 1.005.548 mil**
Principal item positivo do ano, refletindo a recomposição financeira/efeitos regulatórios das flexibilizações com primeiro exercício completo de aplicação do mecanismo
- **Ganho/Perda Lei 12.783: +R\$ 70.221 mil**
Efeito não operacional/regulatório favorável no período.

Total dos positivos: +R\$ 1.287.585 mil

IMPACTOS NEGATIVOS (DIMINUIÇÃO)

- **(-) Recuperação de Despesa CCC: -R\$ 951.479 mil**
menor recuperação/ressarcimento no mecanismo, reduzindo a contribuição líquida ao EBITDA.
- **Contingências: -R\$ 249.299 mil**
Pressão por reconhecimento/atualização de provisões e efeitos de ações e riscos. Em 2024, houve reversão relevante de processo tributário. Em 2025, não houve reversão equivalente, o que elevou o saldo líquido de contingências no comparativo anual
- **PMSO: -R\$ 151.863 mil**
Aumento de custos gerenciáveis (serviços e gastos administrativos).
- **Custo com EE: -R\$ 14.944 mil**
Leve aumento no custo de energia.
- **PECLD: -R\$ 5.272 mil**
Leve piora em perdas de crédito/inadimplência.

Total dos negativos: -R\$ 1.372.857 mil

4.5 Endividamento

A tabela a seguir apresenta a composição da dívida bruta, segregada por natureza e origem dos credores, permitindo identificar a participação de cada credor no endividamento total.

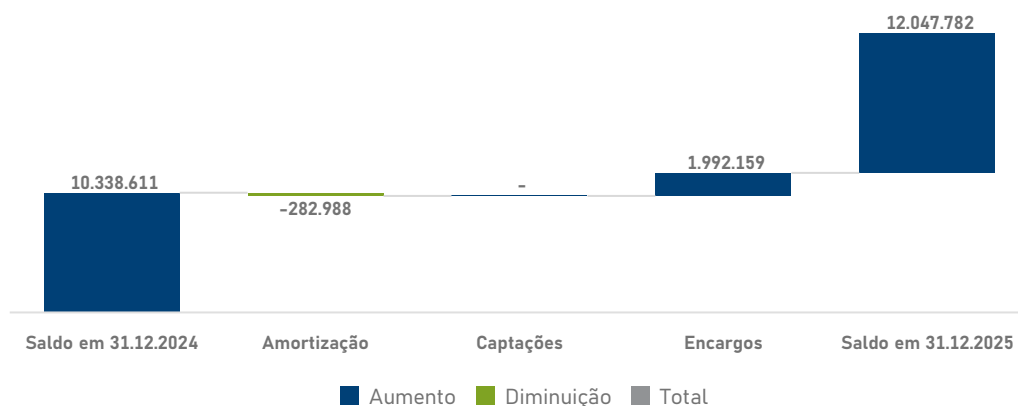
Tabela 25- Endividamento

Empréstimos	Encargos (%)	2025	2024	Dif.	%
Eletrobras		11.421.415	9.515.059	1.906.356	20,0
RGR	7%+CRC ¹	27.525	41.965	(14.440)	-34,4
RO (a)	CDI+3%	7.485.061	6.409.640	1.075.421	16,8
Parcelamento Eletronorte (c)	CDI+2,75%	3.908.829	3.063.454	845.375	27,6
Itau	SELIC+111%	-	102.335	(102.335)	-100,0
Oliveira Energia	CDI+2,75%	130.674	111.243	19.431	17,5
Roraima Energia	CDI+2,75%	124.574	106.049	18.525	17,5
Breitener	SELIC+124,75%	371.119	340.235	30.884	9,1
Outros		0	163.690	(163.690)	-100,0
Acordos parcelados	SELIC+124,75%	-	2.463	(2.463)	-100,0
Mercado Curto Prazo-MCP (f)	-	-	161.227	(161.227)	0,0
Total		12.047.782	10.338.611	1.709.171	16,5

Fonte: Demonstrações Contábeis 2025 - Amazonas Energia

Evolução do Saldo da Dívida

Gráfico 18: Evolução do Saldo da Dívida



Fonte: Demonstrações Contábeis 2025 - Amazonas Energia

Em um ambiente de juros básicos mais altos, 12,25% a.a. em 31/12/2024 e 15,00% a.a. em 31/12/2025. Em 2025, a dívida aumentou principalmente pelo custo financeiro. O saldo da dívida passou de 10.338.611 (31/12/2024) para 12.047.782 (31/12/2025), uma alta líquida de 1.709.171 (+16,5%). Essa variação é explicada quase totalmente por encargos financeiros, e não por novas captações:

- **Amortização: -282.988** (reduziu o principal, mas em magnitude limitada).
- **Captações: 0** (não houve incremento de principal no período).
- **Encargos: +1.992.159** (principal fator de aumento do saldo). Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo credor Eletrobras, cuja dívida teve um aumento de 20%.

O endividamento, com o credor Eletrobras, tem origem anterior à privatização, decorrente da ausência de medidas efetivas para preservar a neutralidade econômico-financeira da Companhia, em um contexto de fragilidade crônica associado a problemas estruturais da concessão. Essa condição já era reconhecida no edital de privatização (Leilão nº 2/2018-PPI/PND), que indicava a necessidade de ações de saneamento prévias à desestatização, incluindo: (i) conversão de dívidas em capital social; e (ii) assunção de passivos pelo antigo controlador (Eletrobras).

Acúmulo de passivos durante o Período de Prestação Temporária (PPTSD)

Entre junho/2017 e abril/2019, a Amazonas Energia permaneceu sob gestão transitória, em regime de prestação temporária, aguardando a conclusão do processo licitatório. Durante esse intervalo, verificou-se:

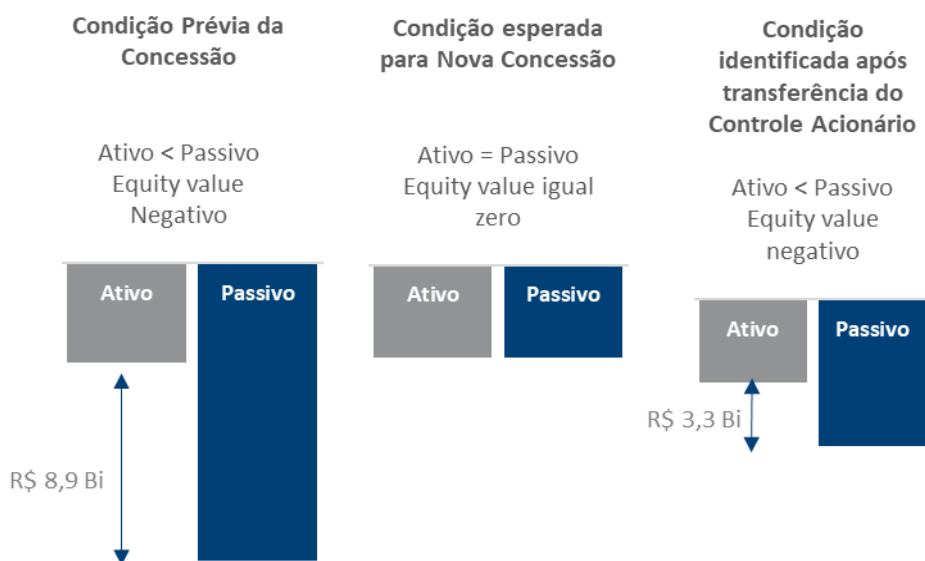
1. Novas obrigações financeiras, incluindo encargos sobre dívidas preexistentes;
2. Glosas aplicadas sobre reembolsos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); e
3. Despesas operacionais não cobertas integralmente pelos mecanismos tarifários e de neutralidade econômica.

Incompatibilidade entre Valuation previsto no edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND e Realidade Econômico-Financeira

O edital estabeleceu que a avaliação econômico-financeira foi realizada com as seguintes premissas: valor simbólico das ações de R\$ 50 mil, flexibilização dos parâmetros tarifários para garantir o equilíbrio econômico-financeiro, de modo que o valor de avaliação da empresa fosse zero. Nestas condições, o novo acionista aportaria R\$ 491 milhões, assumiria dívidas de até R\$ 2,537 bilhões e realizaria os investimentos previstos.

O gráfico a seguir demonstra, de forma ilustrativa, a situação:

Gráfico 19 – Condições da Concessão



Fonte: Amazonas Energia

O *Valuation* utilizado no edital, elaborado com base em informações de 2017, não capturou a deterioração econômico-financeira verificada no período de transição. A principal causa foi a condução financeira deficitária durante o Período de Prestação Temporária, sem cobertura tarifária

suficiente e sem mecanismos efetivos para impedir a formação de novos passivos. Com isso, a Companhia foi transferida ao novo controlador em condição econômico-financeira substancialmente diversa da projetada no edital, em desacordo com a premissa de “equity zero”.

Inadequação do Mecanismo de Saneamento Prévio

A insuficiência do mecanismo de saneamento prévio fica evidenciada pelo nível de endividamento transferido: na data da assunção do controle, o passivo financeiro registrado era de aproximadamente R\$ 7,467 bilhões, significativamente acima da premissa de R\$ 2,537 bilhões considerada no processo de desestatização. Embora a Eletrobras tenha realizado aporte de cerca de R\$ 8,9 bilhões, conforme estabelecido na Resolução CPPI nº 20/2017, o montante se mostrou insuficiente para assegurar o “equity zero” na data efetiva da transferência, diante da evolução adversa do endividamento no período.

Após a privatização, a dívida seguiu crescendo pela incidência de encargos financeiros sobre os passivos preexistentes — juros, atualização monetária e demais encargos contratuais — refletindo a fragilidade econômico-financeira herdada e a inadequação dos parâmetros de

saneamento previstos no edital. No acumulado, esse efeito resultou em aumento expressivo do endividamento ao longo do período, reforçando o quadro de insustentabilidade financeira.

Para solucionar a insustentabilidade financeira da Companhia, o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2019 prevê medidas de saneamento para recompor a sustentabilidade econômico-financeira da concessão, está estabelecida a obrigação de realizar um aporte de até R\$ 9,848 bilhões em até 60 dias após a transferência de controle, por meio de caixa, equivalentes de caixa e/ou conversão de dívidas em capital. Além disso, prevê-se a realização de aportes adicionais subsequentes, sempre que necessários, com o objetivo de atender aos critérios de eficiência econômico-financeira definidos pela ANEEL e, assim, assegurar a continuidade e a sustentabilidade da concessão.

4.6 Resultado Financeiro

Em 2025, o resultado financeiro líquido refletiu despesas financeiras líquidas de R\$ 2.356.292 mil, aumento de 8,6% quando comparado a despesa de R\$ 2.170.248 mil em 2024. A alta das despesas decorre principalmente do aumento do custo da dívida.

Tabela 26- Resultado Financeiro

R\$ Mil	2025	2024	Dif.	%
Receitas	286.841	103.307	183.534	177,7
Despesas	(2.643.133)	(2.273.555)	(369.578)	16,3
Resultado Financeiro	(2.356.292)	(2.170.248)	(186.044)	8,6

Fonte: Demonstrações Contábeis 2025 - Amazonas Energia

Expurgando o efeito do desajuste financeiro no endividamento causado pelo excesso de dívidas na transferência de controle acionário, o resultado financeiro seria conforme tabela abaixo:

Análise gerencial

Tabela 27- Análise gerencial do Resultado Financeiro

R\$ Mil	2025	Ajuste equity	2024 Ajustado
Receitas	286.841		286.841
Despesas	(2.643.133)	-	(1.459.141)
Encargos de dívidas	(2.456.841)	1.183.992	(1.272.849)
Atualização de ativos e passivos regulatórios	73.173	-	73.173
Atualização monetária judicial	(66.975)	-	(66.975)
Outras despesas	(192.490)	-	(192.490)
Resultado Financeiro	(2.356.292)	1.183.992	(1.172.300)

Fonte: Demonstrações Contábeis 2025 - Amazonas Energia

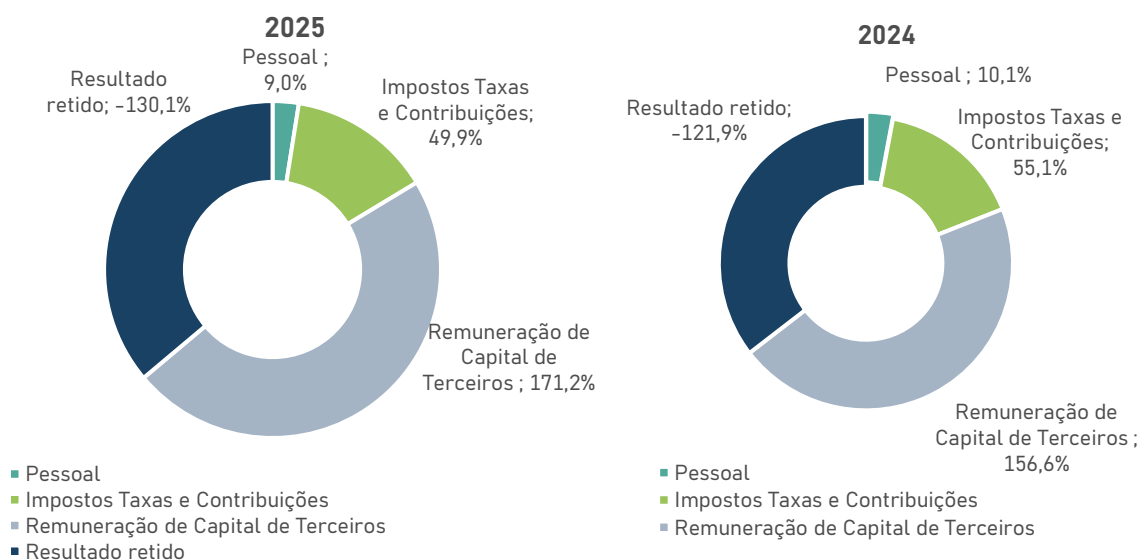
Maiores informações na nota explicativa às demonstrações contábeis nº 32 Resultado financeiro.

4.7 Valor Adicionado

Em 2025, a Amazonas Energia reportou um valor adicionado total de R\$ 1.546,7 milhões, o que representa um aumento de 6,34% em comparação com o ano anterior, quando o

montante foi de R\$ 1.454,5 milhões. A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras

Gráfico 21 – Condições da Concessão



Fonte: Demonstrações Contábeis 2025 – Amazonas Energia